

**FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES PÚBLICAS**

**A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA: UMA VISÃO DAS
RELAÇÕES PÚBLICAS PARA A COMUNICAÇÃO PARTIDÁRIA**

LUÍSA BRANDÃO FAGUNDES DE OLIVEIRA

**São Paulo
2019**

LUÍSA BRANDÃO FAGUNDES DE OLIVEIRA

**A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA: UMA VISÃO DAS
RELAÇÕES PÚBLICAS PARA A COMUNICAÇÃO PARTIDÁRIA**

Monografia apresentada à Fundação
Escola de Comércio Álvares Penteado -
FECAP, como requisito final para a
obtenção do título de bacharel em
Relações Públicas.

Orientador: Prof. Me. Marcus Vinícius de
Jesus Bomfim

São Paulo

2019

LUÍSA BRANDÃO FAGUNDES DE OLIVEIRA

**A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA: UMA VISÃO DAS
RELAÇÕES PÚBLICAS PARA A COMUNICAÇÃO PARTIDÁRIA**

Monografia apresentada à Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP,
como requisito para a obtenção do título de bacharel em Relações Públicas.

COMISSÃO JULGADORA:

Nara Borges

Relações-Públicas e Chefe de Gabinete do Deputado Estadual Daniel José (NOVO-SP)

Prof. Me. Paula Franceschelli de Aguiar Barros

Coordenadora do Curso de Relações Públicas
Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP

Prof. Me. Marcus Vinícius de Jesus Bomfim

Professor Orientador – Presidente da Banca Examinadora
Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP

São Paulo, 2019

RESUMO

A baixa participação de mulheres na Política Brasileira é um assunto há anos debatido e com poucas soluções apresentadas até o momento. Diversos fatores tiram a visibilidade destas cidadãs e não as incentivam em reais condições para uma participação e debate qualificados no cenário político brasileiro. Neste trabalho, pretendemos fazer uma análise deste cenário a partir da perspectiva das Relações Públicas, centrando nosso foco nas organizações denominadas partidos políticos e suas estratégias de comunicação política e de relacionamento frente ao público mulheres brasileiras. Nosso estudo parte, portanto, de uma breve análise histórica da presença e participação das mulheres neste ambiente, tentando demonstrar a evolução da presença feminina na política nacional e dentro de partidos políticos, junto às mudanças sociais, culturais e econômicas. Para tanto, nossa proposta de pesquisa vai comparar dois partidos políticos, de polos diferentes de orientação política - à esquerda e à direita do campo político nacional - respectivamente, o PSOL, fundado em 2004; e PODEMOS, fundado em 1995, presidido por Renata Abreu. Por meio de entrevistas, pesquisas de opinião e análise documental dos partidos citados, traçaremos um diagnóstico sobre a comunicação partidária como alicerce de uma participação feminina efetiva na política e a equalização dessa presença junto aos anseios de uma sociedade brasileira mais justa.

Palavras-chave: Partidos Políticos. Comunicação Política. Participação política das Mulheres. Relações Públicas. Participação social.

ABSTRACT

The low participation of women in Brazilian politics has been a debated and poorly addressed issue for years. There are many factors that make these citizens less visible and do not encourage them in the real conditions for a qualified participation and debate in the Brazilian political scenario. In this paper, we intend to make an analysis of this scenario from the perspective of Public Relations, focusing our focus on organizations called Political Parties and the strategies of their political party communication in front of a public - Brazilian women. Therefore, our study starts from a historical analysis of the presence and participation of women in this political environment, in an attempt to demonstrate, over time, what were the gains of space of this public within political parties and highlighting, along with social changes, cultural and economic aspects, as they impact on the current scenario of women in the political sphere and demonstrate the true numbers that express the participation of women. The research proposals are the application of analysis methods and data collection, which will help in understanding the current political scene against the research objects chosen for study, they are: In-depth interview, Opinion research, Document analysis, Audit Communication and Opinion Audit. The methods will be applied to different audiences, focusing on understanding the scenario of two political parties, from different poles of political orientation, the left and right of the national political field, respectively, the Socialism and Freedom Party (PSOL), founded on 2004, chaired by Juliano Medeiros, and CAN, founded in 1995, chaired by Renata Abreu.

Keywords: Political Parties. Political Communication. Women's political participation. PSOL. WE CAN. Public relations.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7	
2 REVISÃO DE LITERATURA	11	
2.1 Feminismo no Brasil: uma trajetória particular	11	
2.2 Mulheres Na Política Brasileira: os anos de chumbo	14	
3 Breve História Da Participação Das Mulheres Na Política Brasileira	16	
3.1 Marta Suplicy	26	
4 Os Partidos Políticos.....	27	
4.1 A reforma do sistema de financiamento da política no Brasil	38	
4.2 Mulheres e Representação Política	41	
4.3 Marketing Político.....	45	
5 PERCEPÇÕES DE MILITANTES A RESPEITO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA NO BRASIL	50	
5.1	Evolução Da Participação Feminina na Política	50
5.2	Mulheres de Destaque na Política Brasileira	51
5.3 ..	Participação Masculina na Luta pela Equidade entre Homens e Mulheres na Política	52
5.4	Ações do Partido em Favor da Participação Feminina na Política	53
5.5	Desafios Para a Consolidação da Participação Feminina na Política Brasileira	54
6 CONCLUSÃO.....	57	

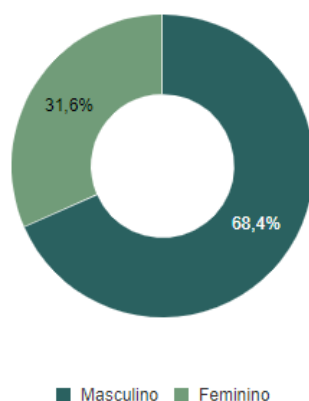
1 INTRODUÇÃO

Ao identificar uma lacuna na representatividade de mulheres no cenário político brasileiro, observa-se a falta de estudos sobre a comunicação dos partidos políticos direcionada ao público feminino e a necessidade de ferramentas que as engajem a adentrar nesse universo. Por isso, é importante entender a evolução dos direitos das mulheres, evidenciando o contexto histórico da sua luta pela atuação nesse meio e pela igualdade de gênero, traçando um comparativo dos direitos conquistados nos dias de hoje.

Os primeiros atos que clamavam por participação feminina na política foram vivenciados no século XIX, pelo movimento sufragista que exigia o direito das inglesas e estadunidenses ao voto. Pretende-se correlacionar esse fato ao histórico de movimentos brasileiros de mulheres, que conquistaram o direito ao voto em 1932, mas que iniciaram sua verdadeira inserção na política em meados de 1910 com o Partido Republicano Feminino, ressaltando as personagens que marcaram seus nomes em meio a reivindicações e pautando cada êxito obtido durante os anos que constituem a história do engajamento feminino na política brasileira perante as mudanças sociais, culturais e econômicas do país até os dias atuais, em que ainda é possível identificar a luta da mulher por representatividade e equidade.

Para compreender a efetividade da comunicação partidária para engajar a atuação das brasileiras, planeja-se realizar a análise dos documentos das organizações políticas selecionadas para estudo, a fim de verificar a inserção de mulheres e pautas femininas nas estratégias comunicacionais; ouvir os pontos relevantes trazidos pela sociedade paulistana para captar suas observações sobre a temática deste trabalho e entrevistar figuras envolvidas na política brasileira, em especial, as inseridas dentro dos partidos. Também pretende-se coletar opiniões de especialistas acerca da cena política brasileira e quais suas suposições para o número de candidatas eleitas ser inferior ao dos homens, conforme retratado no gráfico 1.

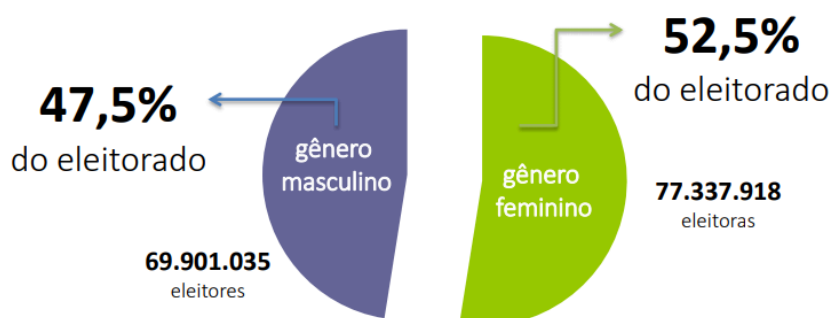
Gráfico 1 - Porcentagem De Mulheres Eleitas Nas Eleições De 2018 No Brasil



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, TSE (2018)

Sob a ótica das relações públicas, buscar-se-á identificar as reais condições da participação de mulheres dentro dos denominados partidos políticos, demonstrando seu engajamento junto a um público que necessita de visibilidade e mais apoio para que haja debates em função da desigualdade ainda existente na política do Brasil.

Os partidos políticos precisam se comunicar de forma mais coerente com a sociedade brasileira. Dentro da atual conjuntura demográfica e social, em que as mulheres são maioria do eleitorado nacional representando 52,5% do total de votantes (Tribunal Superior Eleitoral, 2018), e que temas como feminismo e igualdade de gênero ganham relevância, uma comunicação estruturada torna-se essencial.

Gráfico 2 - Dados De 2018 Do Eleitorado Brasileiro Por Gênero

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, TSE (2018)

Nesse sentido, o papel das relações públicas conduz a uma formatação estratégica da comunicação institucional quando visa a abranger pautas de inclusão e engajamento de mulheres. Ao conseguir se comunicar melhor com a sociedade, com recorte aos grupos denominados minorias, partidos políticos possuem ferramentas valiosas para dialogar e obter maior êxito.

O tema desta pesquisa são as estratégias dos partidos políticos para comunicar a sociedade paulistana sobre a importância da presença das mulheres na política.

Definiu-se como problemática: como os partidos políticos brasileiros têm desenvolvido estratégias de comunicação e relacionamento com as mulheres diante das mudanças sociais, culturais e econômicas da participação feminina no cenário político?

O objetivo geral é analisar a comunicação partidária no estímulo à participação da mulher brasileira na política.

Os objetivos específicos são verificar as causas da baixa atuação das mulheres na Política Brasileira; compreender os fatores limitantes da presença feminina na política durante o processo das campanhas eleitorais; identificar o comportamento e atividades das mulheres filiadas a partidos políticos; estudar como os partidos

políticos inserem a agenda das mulheres em sua comunicação partidária.

Conhecer as causas da baixa presença e elegibilidade de mulheres na política brasileira é necessário para se buscar um entendimento sobre o atual cenário, pois trata-se de um assunto pouco explorado mas relevante, já que as mulheres representam a maioria do eleitorado do país.

Portanto, a sociedade em geral e os partidos políticos em específico devem entender a importância da inclusão de pautas direcionadas ao público feminino e de uma comunicação construída para elas, que represente suas ideias e valores.

Este trabalho pretende abrir portas para que mulheres que vivenciam ou já vivenciaram situações positivas e negativas dentro de partidos políticos, possam falar acerca das dificuldades e desafios impostos neste cenário e trazer ao campo das relações públicas uma análise do atual momento da sociedade brasileira e da comunicação político-partidária para que haja clareza na tentativa de compreender as causas que resultam em pouca participação e elegibilidade de mulheres.

Espera-se contribuir significativamente com uma reflexão sobre a comunicação partidária em face das brasileiras, na tentativa de evidenciar a urgência da inclusão de assuntos que abracem as transformações existentes na sociedade, aproximando as organizações políticas dos seus grupos de interesse.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Feminismo no Brasil: uma trajetória particular

Sarti (1988) nos traz uma reflexão sobre o surgimento dos movimentos feministas no Brasil, inicialmente sendo uma vertente de uma parte da população mais privilegiada, que mora nos grandes centros urbanos, é branca, consome conteúdos culturais de diversos países, entre outras coisas que denotam uma boa condição social. Ao observar o lado oposto, pode-se visualizar aquelas mulheres que habitam em periferias urbanas ou áreas rurais. Para essas mulheres, os movimentos feministas auxiliam na reivindicação de direitos básicos, como a água, luz, esgoto, saúde, asfalto e educação.

A autora explica que o feminismo encontra no ambiente urbano, junto a uma população carente, uma chance de influenciar suas mudanças de comportamentos. Demonstra a esses públicos a oportunidade de reinventar as relações mais fundamentais obtidas por essas pessoas, na família ou no dia-a-dia, mas por fim, desenvolve-se tendo características únicas buscando entender a situação da mulher brasileira.

Na visão de Sarti (1988), para as mulheres menos abastadas seu papel na família é entendido como o de mãe, com trabalhos domésticos recorrentes. Já para as integrantes de camadas médias, que possuem maior grau de instrução, as tarefas do lar são vistas como uma forma de opressão, tendo elas a oportunidade de se ausentar desses papéis diante suas próprias famílias, contratando as mulheres menos favorecidas para atuarem como empregadas domésticas. Pode-se notar neste ponto as diferenciações entre as classes sociais e as condições das brasileiras. Conforme citado por Schmink (1981 apud SARTI, 1988, p. 39), “O movimento de mulheres no Brasil – do qual o feminismo é uma das facetas – teve sobretudo um caráter inter-classe”.

Como esclarece a autora, mulheres mais instruídas obtinham a oportunidade de trabalhar fora de casa ou estudar e contratar alguém para cumprir obrigações do lar em suas casas. Já as menos favorecidas não obtinham essas mesmas oportunidades, e se conseguiam esta independência profissional eram em

profissões desqualificadas. Sarti (1988, p. 39) elucida que

Diferentes condições materiais fundamentam perspectivas políticas muito distintas. No caso das mulheres, relacionam-se ainda aos diferentes significados que têm em suas vidas o trabalho remunerado, a família, o trabalho doméstico e o cuidado das crianças. Para as mulheres das camadas populares, os papéis familiares de mãe e dona-de-casa têm um peso muito maior do que o trabalho remunerado na sua autodefinição, na constituição de sua identidade social. Sua vida cotidiana é demarcada por suas atividades domésticas, fortemente ligadas às relações de vizinhança. Para as mulheres das camadas médias, com um grau de instrução mais elevado e algum nível de formação profissional (ainda que discriminadas com relação aos homens), o trabalho doméstico é visto, sobretudo, como opressivo, embrutecedor.

Tais mudanças na independência da mulher afetam, sobretudo, os ambientes humanos. As taxas de empregadas domésticas constituem-se de mulheres pobres e negras, herança da escravidão (SARTI, 1998).

Segundo Sarti (1988), com o passar do tempo as mulheres já não se comportam da mesma forma, são mais independentes e exigem seus direitos nos trabalhos que exercem. Ao chegar nos anos 70, elas começam a ter espaços nas discussões políticas e conseguem acrescentar como pauta assuntos de grande importância para este público. As ideias pontuadas pelo feminismo são postas com mais relevância no âmbito social e os meios de comunicação abrem lugar para as questões das mulheres dando visibilidade ao movimento.

Os grupos feministas conquistam participação em associações profissionais, partidos políticos e sindicatos. Com isso, ganham mais local de fala e passam a apoiar candidatos que transpareciam sustentar suas lutas e suas ideias, evidenciando seus pensamentos diante da sociedade retrógrada da época. Esse retrato resulta nas eleições de 1982, que trouxeram atuações mais eficazes na tentativa de diminuir as diferenças entre os sexos perante a população brasileira e auxiliaram as mulheres a ingressarem na administração pública:

Depois das eleições de 1982, acentuou-se a tendência a uma atuação mais especializada, menos genérica. Várias mulheres ingressam na administração pública. A mudança na composição do poder alimentou as esperanças de maior espaço para atender suas reivindicações.

Com penetração maior no tecido social, o feminismo atua de forma setorializada. As feministas, na administração pública, em suas agremiações políticas ou em suas áreas profissionais específicas, atuam no sentido de ter incorporada sua perspectiva de vida e de trabalho. A atuação mais setorializada, em lugar da unidade em torno de princípios gerais que marcou o início do movimento, caracteriza o movimento de mulheres hoje (SARTI, 1998, p. 45).

No ano de 1984, inicia-se o movimento “Diretas Já”, reivindicação da população brasileira ao voto direto para Presidente da República, porém, mesmo com tamanha mobilização da sociedade, essa possibilidade é excluída. Durante a candidatura de Tancredo Neves, há a discussão da criação do Conselho da Condição Feminina, proposta que é efetivada com a posse do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, um marco de suma relevância, pois há o reconhecimento da existência da desigualdade de gênero e a conscientização da urgência de mudança do quadro. Assim, garante-se à mulher a cidadania merecida dentro da construção de uma democracia passando a existir políticas dirigidas a esse público, reforçando que transformações são necessárias. Sarti (1988, p. 46) relata que

O País começa, assim, a dar os primeiros passos, a nível federal, no sentido de uma política global que garanta às mulheres a plena cidadania dentro de uma estratégia global de construção de uma democracia. Constitui a iniciativa mais significativa, por sua abrangência a nível nacional, no sentido de garantir às mulheres brasileiras o reconhecimento de suas reivindicações e seus direitos.

O ano de 1986 é marcado pela disputa em torno da escolha da nova Assembleia Constituinte. Grupos políticos e de interesses econômicos desejam garantir suas representações na Nova Ordem, assim como as mulheres que exerceram um papel ativo na política nos últimos anos (SARTI, 1998).

A Nova Constituição revela-se altamente nova: Sarti (1988) menciona a presença da Bancada Feminina, composta de 26 mulheres, dentre elas, uma mulher negra, entre os 559 eleitos. Os Partidos de Esquerdas elegeram mais mulheres do que os Partidos de Direita, com isso formam-se bancadas com mulheres que

simpatizam mais aos movimentos de esquerda. O fato é histórico, já que em 1933 houve apenas uma deputada para integrar a Constituinte e em 1946 nenhuma mulher foi eleita.

A eleição dessas mulheres se dá por diversos motivos: algumas são militantes partidárias, outras foram eleitas por influências de seus pais ou maridos, porém, é plausível afirmar que os movimentos apontaram para a sociedade a emergência de discussão sobre os temas relacionados a esse público do país, como identifica a autora:

O peso significativo do movimento de mulheres entre as lutas sociais do país nos últimos anos trouxe à tona a discussão, ao nível do Congresso, das questões levantadas por este movimento, tais como equiparação salarial, igualdade no código civil, creches, entre outras (SARTI, 1988, p.47).

O movimento social das mulheres identificou questões indispensáveis de serem discutidas e fez com que temáticas de suma importância ganhassem atenção, como a equidade de gênero e, com isso, conquistassem uma evolução da atividade do público feminino na política brasileira.

2.2 Mulheres Na Política Brasileira: os anos de chumbo

Ridenti (1990) retrata a presença feminina dentro da Política Brasileira dos anos 60 e 70, destacando a luta dessas mulheres contra o Regime Militar, ocorrido no Brasil entre 1964 e 1985. Segundo dados extraídos do “Projeto Brasil: Nunca Mais” (BNM), havia 4124 pessoas da esquerda processadas pelo regime da época; dessas, 84% eram homens, ou seja, 3464 e 18,3% eram de mulheres de grupos armados urbanos. Apenas uma mulher foi processada por participação no Movimento de Ação Revolucionária (MAR) e outra interligada ao Partido Comunista Revolucionário (PCR) e Frente de Libertação Nacional (FLN). A Resistência Armada Nacional (RAN) teve um total de 13 mulheres denunciadas e no Partido Comunista Brasileiro (PCB), das 687 integrantes, 32 foram processadas representando 4,7% do total. Em seu estudo, Ridenti (1990) relata que

Na grande maioria dos grupos urbanos, o percentual de mulheres denunciadas ficou entre 15% a 20% do total. Pode parecer pouco,

mas não tanto, se forem levados em conta alguns elementos. Em primeiro lugar, as mulheres ocupavam posições submissas na política e na sociedade brasileira, pelo menos até o final dos anos 60. A norma era a não participação das mulheres na política, exceto para reafirmar seus lugares de “mães-esposas-donas-de-casa”, como ocorreu com os movimentos femininos que apoiaram o golpe de 1964. A média de 18% de mulheres nos grupos armados reflete um progresso na liberação feminina no da década de 60, quando muitas mulheres tomavam parte nas lutas políticas, para questionar a ordem estabelecida em todos os níveis, ainda que, então, suas reivindicações não tivessem explicitamente um caráter “feminista” propriamente dito, que ganharia corpo só nos anos 70 e 80, em outra conjuntura. Não obstante, a participação feminina nas esquerdas armadas era um avanço para a ruptura de estereótipo da mulher restrita ao espaço privado e doméstico enquanto mãe, esposa, irmã e dona-de-casa, que vive em função do mundo masculino (RIDENTI, 1990, p. 02).

Embora seja possível julgar 18,3% de mulheres participantes de grupos de guerrilha um número baixo, deve-se destinar a ela as tentativas de rupturas dos estereótipos existentes dos anos 60, que demonstravam a força feminina e as impulsionava na luta contra o regime militar. Para Ridenti (1990, p. 03),

Cabe considerar ainda que, embora o total percentual de 18,3% de mulheres nos grupos armados estivessem bem abaixo da proporção de mulheres no total da população brasileira em 1970 - que chegava a 50,3%, pelos dados do censo demográfico - a participação relativa feminina nas organizações de esquerda armada era próxima do percentual de mulheres na composição da população economicamente ativa no Brasil em 1970, em torno de 21%.

Ridenti (1990) explica que as mulheres participantes desses agrupamentos de guerrilha almejavam o fim dos papéis de opressão dentro da sociedade da época. Grupos femininos avançaram com objetivo de defesa das funções tradicionais de tal público, mobilizando-se em eventos e passeatas, como a “Marcha da família com Deus pela liberdade”. Guerrilheiras, conforme estavam cada vez mais inseridas nos grupos comunistas, puderam enxergar que mesmo nos ambientes que clamavam por direito à liberdade, mulheres ainda assim eram expostas a funções de perigo, e seus corpos eram sexualizados em frente dos homens da linha inimiga.

Na entrevista concedida ao autor pela ex-militante carioca Vera Sílvia Magalhães falou sobre as dificuldades de ser mulher e membro de uma

organização:

Na hora da ação, todo mundo tinha metralhadora, ou 38. A mim, cabia o pior revólver. Até que, no final, eu ganhei uma metralhadora, uma metralhadora, uma grande conquista individual.

Uma vez, eu saí em plena Cinelândia com um coronel que era o dono de uma fábrica de arma. Passa meu pai e me vê vestida de prostituta, porque esse era a *mise en scène* naquela ação. Para cada ação uma *mise en scène*. O meu pai não entendeu nada, imaginava que eu saíra de casa para fazer a revolução e, de repente, parecia que eu tinha caído na vida. Na hora, fingi que não vi. Se o coronel desconfiasse de mim, não tinha ninguém para me dar cobertura, eu me fodia ali mesmo. Por que? Porque na cabeça dos homens, tanto dos meus amigos quanto dos inimigos, a mulher é inofensiva. Eu fui sozinha fazer o levantamento do sequestro do americano. Fui de mini saia, vestida de empregada doméstica, conquistei o chefe da segurança do embaixador, ele me achou engraçadinha, me deu todas as informações. Em todas as ações eu tive um papel bem feminino, que evidentemente facilitava a ação, por isso eu aceitava. Mas eu discutia isso no organismo, queria no mínimo uma cobertura, ir sozinha era um tremendo risco (MAGALHÃES apud RIDENTI, 1999, p. 08).

As mulheres dos coletivos políticos da época abriram espaços para as lutas que contemplam a sociedade atual demonstrando seus papéis de poder na fuga dos estereótipos impostos pelas camadas conservadoras da sociedade. Inúmeros movimentos originaram-se dos grupos comunistas e de guerrilha e muitos, em sua maioria, buscando direitos e liberdade para a sociedade e representatividade e igualdade no cenário político.

3 Breve História Da Participação Das Mulheres Na Política Brasileira

O sufrágio feminino foi o primeiro passo para as mulheres participarem do círculo político masculino. No entanto, para que as mulheres fossem incluídas na esfera pública, elas precisavam transformar seus interesses específicos de grupo pelo voto feminino em uma demanda mais universal e o fizeram modificando sua imagem privada de seres superiores em guardiões morais da sociedade e alcançaram o reconhecimento como um grupo que compartilhava os mesmos valores sociais. Esse processo começou no final do século XIX e terminou na quinta

década do século XX, durante os regimes populistas no Brasil e na Argentina.

A educação das mulheres foi decisiva para obter o direito de voto, uma vez que permitiu entrar na esfera pública através de publicações em jornais e revistas. Segundo, as mulheres criaram suas próprias organizações políticas, muitas das quais foram apoiadas por liberais, conservadores e até socialistas. Terceiro, embora a luta para conquistar o voto feminino fosse uma combinação de organizações de mulheres pelos direitos das mulheres, pelo diálogo interamericano e pelo apoio de figuras públicas masculinas, foram os líderes populistas (Getúlio Vargas no Brasil em 1932) quem aprovou o voto feminino.

Portanto, o destino da nação dependia da educação das mulheres, uma vez que perpetuava os valores, normas, crenças e costumes de seus filhos e filhas. Elas eram os guardiões morais de seus filhos. A Igreja Católica havia sido considerada como a instituição indicada para educar os filhos, uma vez que lhes fornecia elementos morais, civis e até científicos. No entanto, o interesse pela educação feminina era de acordo com o sexo. Por outro lado, os liberais também acreditavam que o papel da mulher era fundamentalmente maternal. No entanto, a diferença é que os liberais promoveram a educação das mulheres. Portanto, em um esforço para diminuir a influência da Igreja Católica nas mulheres, os liberais criaram um novo sistema educacional feminino que destacava a autodisciplina, a educação física e a economia doméstica.

Segundo Susan Besse (1996), ao incorporar as mulheres no emprego público, o capitalismo as integrou no processo de modernização. Então a mulher não só poderia ser educada, mas também poderia trabalhar fora de suas casas. Essa nova percepção do trabalho feminino ajudou as mulheres a fazer parte do desenvolvimento econômico dos países da América Latina. No entanto, a maioria dos homens, mesmo aqueles que apoiavam o trabalho feminino, acreditavam que o salário das mulheres devia ser menor que a dos homens. Afinal, as mulheres na maioria dos casos não eram chefes de família e seus salários foram considerados como complemento à renda de seus maridos, assim que as mulheres entraram em empregos administrativos de bancos e do comércio, os salários nessas profissões diminuiriam.

Uma vez que as mulheres tiveram acesso à educação, sua visão do papel das mulheres na sociedade mudou. Elas entenderam que mulheres e homens tinham funções diferentes em uma sociedade, na qual havia uma institucionalização da estrutura do poder masculino. Como Mead (2000) ressalta, as aspirações das mulheres mudaram quando foram valorizadas mais como indivíduos do que como membros de uma determinada família. A educação deu às mulheres a chance de conhecer seus direitos civis e políticos. De fato, muitas mulheres começaram a pensar que o direito ao voto era equivalente a serem cidadãos. No entanto, a maioria dos países da América Latina exigia que as mulheres tivessem a capacidade de ler e escrever para votar. Com a educação, as mulheres tinham a possibilidade de votar, mas deveriam antes saber sobre esse direito. Portanto, algumas professoras passaram a escrever em jornais e revistas para divulgar o direito de voto feminino.

No caso do Brasil, Francisca Diniz, professora solteira, escreveu e editou no jornal *O Sexo Feminino*. Este jornal foi publicado entre 1870 e 1890 em Minas Gerais e depois no Rio de Janeiro. Seu lema era que o maior inimigo das mulheres era a ignorância. Nesse jornal havia muitos escritos sobre o direito de voto como um instrumento crucial para entrar no mundo político masculino. Um dos artigos, publicado em abril de 1890, recebeu o título: “Igualdade de direitos” e definiu suas demandas:

Queremos que os senhores do sexo forte saibam que, apesar de que suas leis podem nos executar por nossas idéias políticas (...) eles devem nos fazer justiça para que tenhamos direitos iguais. E isso inclui o direito de votar e de ser eleito para um cargo público (HAHNER, 1985, p. 214).

De acordo com Hahner (1985), as publicações de *O Sexo Feminino* e outros como *O Jornal das Senhoras*, *O Bello Sexo*, *Nosso Journal* e *Revista Feminina* ajudaram a criar maior conscientização de gênero; no entanto, foi Bertha Lutz, advogada e bióloga educada na Europa, que promoveu em 1922 a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Esta organização, afiliada da Aliança Internacional da Mulher para o Sufrágio, forneceu uma estrutura de apoio às demandas das mulheres. As mulheres mais beneficiadas para esta organização

para o progresso feminino eram de classe média e da elite, uma vez que elas foram capazes de entrar em profissões masculinas como medicina, farmácia, leis, enfermagem e odontologia. Logo elas perceberam que seus empregos não foram considerados nas mesmas condições do que o masculino. Conseqüentemente, elas começaram a apoiar a luta por sufrágio como mecanismo de combate à discriminação profissional feminina (Hahner, 1985).

Segundo a autora, no Brasil, Bertha Lutz organizou vários grupos de mulheres que incluíam profissionais, instituições de caridade e atividades cívicas. O sucesso que essas organizações tiveram, segundo Hahner (1985), foi que o FBPF não criticou o papel das mulheres como mães, mas ao mesmo tempo lutava pela igualdade de educação e trabalho. Portanto, o A FBPF não enfrentou o papel das mulheres em suas esferas pública e privada. Estratégias e táticas incluíam programas de rádio, manifestos, petições públicas e privadas para senadores, deputados e homens públicos. Como a ênfase não era a emancipação intelectual ou sexual, a FBPF era vista como uma organização em que as mulheres queriam fazer uma aposta política através da votação, a fim de melhorar a educação feminina e obter um salário igual ao masculino.

Hahner (1985) também explica que no Brasil a maioria das associações de mulheres não estavam ligadas a partidos políticos. Adolfo Gordo, senador conservador, Mauricio Lacerda, deputado que trabalhou por motivos de trabalho, e o senador Justo Chermont apoiaram o voto feminino. Portanto, a nenhum partido poderia ser atribuído ou competir nesta luta.

Um terceiro elemento, também importante na obtenção do sufrágio feminino destacado pela autora foi o diálogo interamericano. Desde 1898 as mulheres organizam vários congressos na América Latina. O vínculo e ligação comum entre a diversidade de mulheres (operárias, operadoras de telefonia, professoras e profissionais) foi a discriminação sexual. A noção de que as mulheres eram seres inferiores e ao mesmo tempo moralmente superiores foi questionada. Um novo discurso tomou conta.

De acordo com Hahner (1985) nos congressos latino-americanos eram discutidas questões econômicas, sociais e legais sobre as mulheres, tais como as

condições igualitárias de trabalho, melhor educação feminina e a mesma categoria social para mulheres. No entanto, as mulheres estavam cientes de que seus congressos não teriam impacto se não houvesse maneira de aprovar suas propostas. A maneira mais eficaz de fazer isso era exigir o direito de ser cidadã com direito a voto. Congressos internacionais se apresentaram como uma boa oportunidade para que as mulheres tivessem contato umas com as outras e assim foram formadas associações, por exemplo, a Associação Pan-Americana para o Desenvolvimento de Mulher (Associação Pan-Americana de Promoção da Mulher), a Comissão Interamericana de Mulheres e a Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino (o Fórum Internacional da Mulher Sufrágio Aliança). Essas associações forneceram uma estrutura de solidariedade universal e promoveu um diálogo interamericano por meio de reuniões e correspondências.

Karawejczyk (2013) destaca que dois marcos mundiais foram fundamentais para a luta pelo voto feminino se tornar uma pauta importante: a revolução de 1776, quando surgiu a primeira Constituição do mundo e a ideia de República, e a revolução de 1789, com o questionamento sobre a dominação dos reis e o “poder divino” e o declínio da Igreja Católica. Esse cenário global permitiu que as pessoas passassem a refletir sobre as velhas normas que não queriam ou não precisavam mais seguir. No entanto, essa perspectiva inicialmente só beneficiava aos homens, uma vez que as mulheres continuavam sendo vistas como pertencendo ao lar e sob o domínio dos homens. A pesquisadora ressalta que as mulheres que participaram da revolução francesa que aderiram às manifestações públicas ficaram mal vistas e sofreram repressão de todos os lados.

De um lado, o surgimento de uma república estável nos EUA, baseada nos direitos políticos dos homens brancos, proprietários, e num compromisso que resultou na manutenção da escravidão. Na França, o resultado final foi um grande derramamento de sangue e uma forte repressão seguida pela ditadura de Napoleão (KARAWEJCZYK, 2013, p.42).

Karawejczyk (2013) esclarece que o conceito de sufrágio universal apareceu na França em 1848 com a publicação de um decreto do governo provisório que abordava os homens como politicamente iguais que permitia um número mais alto de homens de participarem das discussões políticas e votarem em seus

representantes. Porém, esse direito não foi estendido às mulheres. E então passa-se a excluir do cenário político pessoas baseadas na diferença sexual.

A partir dessa não inclusão das mulheres – justificada pela sua diferença biológica – é que começou a surgir no mundo ocidental um movimento feminino em busca de reconhecimento de sua cidadania política e da igualdade de direitos, ou pelo menos, de uma equivalência de direitos em relação aos homens (...) acredito que o ano 1848 pode ser considerado um marco para o movimento em prol do sufrágio feminino. Além da percepção mais clara das exclusões a que foram submetidas as mulheres, esse foi também o ano da primeira convenção do Movimento pelos Direitos Femininos, realizada em Seneca Falls, Nova York (KARAWEJCZYK, 2013, p.46).

Medeiros; Chaves (2017) defendem que a primeira mulher a representar a luta feminista no Brasil foi a nordestina Nísia Floresta (1809-1885), uma grande educadora, que lutou pela emancipação das mulheres pela escola e se engajou no movimento abolicionista e republicano. De acordo com Mônica Karawejczyk (2013), Nísia, ou Dionísia de Faria Rocha, rompeu com os conceitos pré-concebidos da época quando começou a exigir a educação integral para as mulheres. Ela conta que em 1832 Nísia traduziu o livro de Mary Wollstonecraft e adaptou o texto ao contexto brasileiro, dando o nome para a publicação de “Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens”. Essa atitude fez com que Nísia ficasse conhecida como precursora do feminismo no Brasil e em toda a América Latina.

No entanto, Karawejczyk (2013) ressalta que as publicações de Nísia não tratavam sobre o tema do voto feminino, pois o assunto ainda não era tão presente nas discussões da época. O problema veio à tona depois das revoluções de 1848, que deixaram a Europa agitada e as mulheres começaram a se engajar na vida política e o tema do voto virou uma reivindicação obrigatória. Depois de Nísia, cada vez mais mulheres passaram a usar a imprensa para reivindicar seus direitos e pedir justiça, com o surgimento de vários jornais e revistas. “Josefina Álvares de Azevedo, dona e redatora do jornal A Família, ou ainda Francisca Senhorinha da Mota Diniz, fundadora do jornal O Sexo Feminino – esses dois no Rio de Janeiro” (KARAWEJCZYK, 2013, p.49). A autora destaca cinco temas que eram norteadores

das publicações como um todo: direitos iguais para homens e mulheres, educação de mais qualidade para as mulheres, valorização das profissões e tarefas realizadas por mulheres, mudança na lei do matrimônio, e o direito de votar e de ser eleita. Como exemplo, ela cita a questão de que as mulheres casadas não podiam receber herança ou trabalhar sem autorização do marido, que poderia mudar de ideia a qualquer momento.

A pesquisadora revela que a primeira manifestação coletiva de mulheres brasileiras, lideradas por uma professora baiana que lutava pelos direitos dos indígenas – Leolinda De Figueiredo Daltro - aconteceu em 1910, com a ideia da formação de um partido político (PRF – Partido Republicano Feminino).

Em 1927, as mulheres do Rio Grande do Norte no Brasil obtiveram o direito de voto. O governador Juvenal Lamartine de Faria implementou o direito feminino de votar e também de ser eleita. Este evento incentivou a luta por uma campanha mais dinâmica. O FBPF estava convencido de que a educação feminina ajudou as mulheres a se inserir massivamente no mercado de trabalho. Uma petição assinada por 2.000 mulheres explicou que, uma vez que as mulheres entraram no mercado de trabalho, sua emancipação a política era um corolário inevitável. (Hanhner, 1985). Embora os senadores discutissem a incorporação de mulheres na política, o voto feminino foi negado. Pequenas vitórias foram dadas.

Ainda foi nesse mesmo estado que a primeira mulher de um prefeito, Alzira Soriano de Souza, foi eleita para Lages em 1928. No censo de 1872, havia 550.000 mulheres e um milhão de homens alfabetizados em uma população total de 10 milhões, dos quais 15% eram escravos.

No Brasil, as mulheres começaram a ganhar espaço na sociedade a partir do século XIX. Aqui, há relatos e publicações de mulheres que cansaram de ser totalmente submissas aos maridos e que agora buscavam seu próprio espaço na sociedade. Dando assim início a luta feminista pela igualdade entre os gêneros. Foi também neste século que vários direitos foram adquiridos, como por exemplo, o estudado neste artigo, o direito ao sufrágio. Muitas mulheres foram às ruas, muitas se alistaram a partidos, outras preferiram criá-los, a exemplo tem-se Leonilda Daltro que foi a fundadora do Partido Republicano Feminino (MEDEIROS; CHAVES, 2017, P. 102).

A questão do voto para mulheres foi abordada pelos deputados que

preparavam a primeira constituição republicana de 1891. No entanto, se o texto final da Constituição excluía da votação "mendigos, analfabetos, mulheres, índios, religiosos ordens monásticas ", deixava ambiguidade no que diz respeito ao registro nas listas eleitorais de" todos os cidadãos com mais de 21 anos Feminino (MEDEIROS; CHAVES, 2017)."

Silva (2014) afirma que algumas feministas que, desde 1910, criaram o Partido Republicano da Mulher, aproveitaram essa brecha e tentaram obter o registro eleitoral. Em 1922, Diva Nolf Nazario, estudante da Faculdade de Direito de São Paulo, conseguiu ter, por força de insistência, um cartão temporário para votar. O documento, recém-publicado, é declarado obsoleto por um juiz eleitoral em um comunicado que reafirma "o papel da dona de casa e não nos assuntos públicos". O conteúdo desta opinião será amplamente divulgado e, no ano seguinte, Diva Nolf publicou um livro, Voto das Mulheres e Feminismo, onde ela apresentava os pontos fortes da luta e as várias posições em relação ao sufrágio feminino.

Este livro avançou o interesse nessa questão e atravessou a luta de feministas primitivas, como Bertha Lutz (1894-1976), filha de um grande cientista, pertencente à elite política e intelectual brasileira. Ela formou-se em biologia na Sorbonne, defende seu retorno de Paris, participou da Revista feminina, representou o Brasil em fóruns internacionais, o Conselho da Mulher da Organização Internacional do Trabalho (que aprova em 1919 o princípio do salário igual por trabalho igual sem distinção de sexo), a Liga Americana de Mulheres e fundou, em 1922, a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, FBPF.

No Congresso, o número de parlamentares a favor dos votos das mulheres estava aumentando. Em 1926, Washington Luís o incluiu em seu programa eleitoral de candidato à presidência da República. Embora eleito, seu projeto foi derrotado no Senado. O FBPF continua sua luta pela mudança de regime e apoiou a Revolução de 1930, na qual Getúlio Vargas tomou o poder. Sob pressão da Aliança Nacional da Mulher, ANM, o ramo politizado do FBPF, um novo código eleitoral foi promulgado em 1932; permitiu que mulheres solteiras e viúvas com mais de 21 anos e noivas com permissão de seus maridos se inscrevessem nas listas eleitorais (SILVA, 2014, p. 23).

Na eleição da Assembleia Nacional Constituinte de 1934, o Brasil se tornou o quarto país nas Américas a nomear e votar em mulheres (depois dos Estados Unidos, Canadá e Equador)¹. A paulista Carlota Pereira de Queiroz, médica, tornou-se a primeira mulher eleita deputada federal. Bertha Lutz foi eleita pelo Rio de Janeiro dois anos depois. Alguns estados do Norte conseguem enviar parlamentares para suas assembleias estaduais. Enquanto as mulheres da burguesia lutavam por direitos políticos, as trabalhadoras, que lutavam por melhores condições de trabalho, não incluíam demandas eleitorais.

A conquista do voto feminino em 1934 representou uma conquista obtida pela vanguarda da burguesia urbana liberal. A partir de então, a parcela de mulheres no eleitorado estava crescendo rapidamente, mais rapidamente do que o seu lugar na política.

Lima e Silva (2017) discutem que, no início do século XXI as mulheres eram maioria no eleitorado, mas não estavam muito presentes no exercício do cargo político. Nacionalmente, 9 de 81 senadores e 45 de 513 mulheres deputadas, ou 8,8%. Duas mulheres, de diferentes perfis sociológicos, foram eleitas em doze anos de diferença para a prefeitura de São Paulo pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Luiza Erundina Sousa e Marta Suplicy.

Erundina representava o choque do surgimento do Partido dos Trabalhadores na política brasileira. Marta encarnava a parte chique de um partido cujo líder se tornou presidencial. A adesão de duas personalidades fortes a prefeitura da capital econômica do país ilustrava o quanto as pessoas no Brasil eram mais importantes que os membros do partido, cujos contornos mudaram enormemente entre as duas candidatas (LIMA E SILVA, 2017, p. 2).

Para Singer (1996), a trajetória social e política de Luiza Erundina de Sousa, militante de uma região rural pobre, que passou a exercer uma das principais responsabilidades políticas do país ao se tornar a primeira prefeita de São Paulo em 1988, é emblemática desses itinerários. Nascida em 1934, em Uirauna (PB), em uma região atingida pela seca, Luiza Erundina, filha de um pequeno artesão do

1 BUSTILLO, Luísa Nascimento; DO NASCIMENTO JÚNIOR, Jaime Meira. Cidadania e direitos fundamentais na evolução constitucional brasileira.

sertão, deixou a casa da família para se matricular no ensino médio aos 14 anos em 1948, antes de se mudar para Campina Grande, três anos depois, para estudar para se tornar professora.

Dez anos depois, mudou-se para João Pessoa (PB) e iniciou os estudos universitários. Ela multiplicou os trabalhos para ajudar sua família (nove irmãos e irmãs) e garantir seus estudos; ela continuou solteira como muitas mulheres do sertão que não querem depender do marido, ela forjava um ativismo nas atividades e práticas da igreja como assistente social. Ela finalmente foi para São Paulo para um mestrado em 1967-1968, antes de se estabelecer definitivamente aos 36 anos de idade, em 1971, deixando a Paraíba por razões políticas, porque suas atividades com as pessoas mais pobres, no auge da ditadura militar do governador Médici, parecia subversiva.

Na década de 1970, a atração de São Paulo se mostrou irresistível: 50.000 a 60.000 nordestinos tentavam a sorte a cada ano, tanto que São Paulo se tornara a principal cidade do nordeste do país. Depois de ter trabalhado como professora em diferentes escolas particulares, Erundina encontrou emprego como assistente social na Secretaria de Bem-Estar Social da Prefeitura de São Paulo, onde foi a primeira responsável pela urbanização de uma favela na Vila Maria. Em contato com a realidade, medindo a incapacidade dos pobres de acessar uma habitação decente, ela participa da organização de movimentos espontâneos de ocupação do solo, tornando-os mais importantes e coletivos, pagando a si próprio para evitar expulsões. Seu envolvimento em ações para promover o acesso à moradia a levou a se aproximar dos sindicatos e dos membros fundadores do Partido dos Trabalhadores, PT, estruturado durante os movimentos de greve que abalaram os subúrbios da classe trabalhadora de São Paulo em 1978- 1979 (LIMA E SILVA, 2017).

Nas eleições municipais de 1982, o PT apresentou seus primeiros candidatos, e Erundina foi eleita vereadora de São Paulo e, quatro anos depois, deputada do Estado de São Paulo. Esses dois sucessos eleitorais a levaram a ser candidata ao PT (em votação interna onde obteve 5544 votos contra 3882 a favor de um "cacique" do partido, Plínio de Arruda Sampaio) nas eleições municipais de

1988. Ninguém acreditava na sua vitória, o candidato Paulo Maluf se destacou no topo das pesquisas. No entanto, a negociação em Erundina era especialmente em áreas populares e entre as mulheres, sua liderança foi consolidada durante os últimos dois dias e ela finalmente ganhou com 1.534.550 votos (30% dos votos) (LIMA E SILVA, 2017).

No governo da cidade, sua equipe inclui grandes figuras intelectuais do movimento popular: Paulo Freire à Educação, Marilena Chauí à Cultura, Paulo Singer ao Planejamento, Ermina Maricato ao Desenvolvimento Urbano. Um novo fôlego passava pela política brasileira, trazendo a esperança de mudança em intensa busca pela democratização. Três anos após o fim do governo militar, a Constituição de 1988 expandiu os direitos dos trabalhadores e dos mais pobres.

Nesse contexto, a vitória de Erundina e do Partido dos Trabalhadores manifestava grande capacidade de inovação. Nesse ímpeto, no ano seguinte, Lula, líder do PT, chegou ao segundo turno das eleições presidenciais, reunindo em seu nome 31 milhões de votos, o que sublinha a implantação nacional do partido.

No entanto, a eleição de Erundina continuava sendo um caso isolado. A participação das mulheres na política permanecia muito modesta, tornando sua vitória em 1988 ainda mais extraordinária, embora, no final de seu mandato em 1992, Erundina não conseguisse eleger um sucessor para seu partido. No entanto, oito anos depois, o Partido dos Trabalhadores conseguiu eleger sua candidata Marta Suplicy nas eleições municipais. O contexto social e político estava mudando, bem como a questão urbana que muda rapidamente. O PT estava se adaptando, deixando de enfatizar mais a questão da reforma agrária para focar em problemas urbanos, como o transporte. Erundina continuou sua carreira política. Eleita deputada federal no Parlamento em 1994, permanece como deputada federal.

3.1 Marta Suplicy

Sabino; Lima (2015) afirmam que Marta Suplicy representa um contexto social e político diferente. De origem aristocrática, de um meio paulista bastante conservador, Marta Teresa Smith de Vasconcellos nasceu em 1945 no elegante

bairro de Jardim Paulistano, em São Paulo. Depois de uma infância protegida, ela começou sua pós-graduação estudos na PUC-SP, onde treinou em psicologia antes de perseguir um mestrado na *Michigan State University* e doutorado em Stanford. Ela se tornou seguidora do movimento feminista e é especializada em psicanálise e sexologia.

Participou de organizações não-governamentais, como o Grupo de Trabalho e Pesquisa em orientação sexual, mas participou especialmente por oito anos um programa semanal, "TV Mulher" no canal Globo, e publicou vários livros. Casada com Eduardo Suplicy, do qual teve três filhos, ela ingressou na política por meio dele e no PT em 1983. Eleita membro federal pelo PT entre 1995 e 1998, abriu o debate sobre a paridade e conseguiu aprovar uma lei a favor de cotas femininas de até 20% no nível municipal. Fracassou por pouco na eleição do governador de São Paulo em 1998, vencendo dois anos depois, no segundo turno, as eleições municipais de São Paulo com 3248.115 votos, ou 58% dos votos expressos (SABINO; LIMA, 2015).

Eleita prefeita, arborizou a cidade, criou ônibus movidos a biocombustível, apresentou o orçamento participativo, novo plano de transporte, bilhete único de transporte por um período de duas horas, instalou 21 CEU (Centros Educacionais Unificados), um tipo de instituição educacional geral com atividades esportivas e culturais, nos bairros periféricos mais carentes de infraestrutura, e introduz programas sociais de renda mínima semelhantes ao Bolsa Família do governo Lula.

Além disso, seu governo tentou acabar com a degradação do antigo centro (edifícios dos anos 1930-1950), promovendo operações de restauração, atualizando a recuperação de um imposto progressivo sobre a propriedade.

Marta Suplicy não conseguiu a reeleição em 2004, é precedida por José Serra. Em 2010, o então presidente Lula indicou Dilma Rousseff como sua sucessora.

4 Os Partidos Políticos

O artigo 17 da Constituição Federal do Brasil (1988) define as regras para a composição dos partidos políticos:

Art.17.É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

I- Caráter nacional;

II- Proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes;

III- prestação de contas à Justiça Eleitoral;

IV- Funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

§1ºÉ assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, devendo seus estatutos estabelecer normas de fidelidade e disciplina partidárias.

§2ºOs partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

§3ºOs partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.

§4ºÉ vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

De acordo com Ribeiro (2013), a dependência de recursos estatais altera a correlação interna de poder em favor da "face pública" do partido (ocupantes de cargos públicos), que agora domina os órgãos partidários. Essa liderança partidária, por sua vez, busca fortalecer sua posição por meio de estratégias de concentração do poder interno que prejudicam as fundações do partido. Numa relação circular de causalidade, a maior autonomia de liderança facilita a flexibilidade e o pragmatismo necessários para uma ação concertada com outras partes, ao mesmo tempo em que o reforço da posição da parte no sistema aumenta sua dependência dos recursos estatais e a força da liderança em nível interno.

O envolvimento com o Estado, associado a fatores estruturais, como níveis reduzidos de participação e mobilização social, a dissolução das divisões classistas, os altos custos de se fazer política em tempos de comunicação de massa e a notável profissionalização da atividade política (que aumenta os custos de eventuais derrotas), levando ao afastamento da sociedade: embora os partidos desejem manter laços sociais, as condições estruturais e o sistema político tornam indispensáveis esses laços.

Segundo o autor, a legislação implementada em 1995 (Lei nº 9096), que concedeu autonomia às partes para a regulamentação de sua organização interna, também elevou exponencialmente a base estadual para o financiamento de

organizações. O Estado brasileiro também custa e regula o acesso das partes à mídia, adquirindo espaços na programação de rádio e televisão, não apenas para campanhas eleitorais, mas também para propaganda partidária não eleitoral. A distribuição de todos esses recursos é, em grande parte, proporcional ao tamanho dos partidos na Câmara dos Deputados.

O Estado também oferece amplo espaço na burocracia para a manutenção e o treinamento de membros e apoiadores do partido e para obter outros recursos organizacionais importantes por meio de mecanismos de patrocínio. O governo federal possui aproximadamente 21 mil vagas de livre nomeação em todo o país, sendo 14% ocupadas por membros do partido em 2010. Os dados recentemente coletados registraram 105 mil vagas gratuitas nos 27 governos estaduais e cerca de 500 mil nos municípios locais. A distribuição desses cargos é a principal recompensa que os partidos e seus bancos recebem pelo apoio legislativo ao prefeito, governador ou presidente (Ribeiro, 2013). Segundo Ribeiro (2013), os partidos políticos se organizam em três níveis (município, estado e país) por meio de convenções e encontros que são o lugar de decisão máxima em cada nível.

Segundo Samuels (2011) os grupos partidários são criações endógenas de políticos ambiciosos que se reúnem para resolver certos tipos de problemas de ação coletiva. A estrutura legislativa partidária é, portanto, parte da ambição dos políticos e é moldada pelos objetivos particulares da carreira e pelo sucesso ou fracasso em alcançá-los. O Brasil usa uma versão proporcional de lista aberta da representação, segundo a qual os estados da federação são constituintes. O Brasil possui 27 constituintes com magnitude variando de 8 a 70. O número total de cadeiras em jogo nas eleições legislativas é de 513, que são renovados a cada quatro anos. O Brasil possui um sistema de “distrito em larga escala e lista aberta” associado ao tipo empresarial, em oposição a, por exemplo, a Argentina, que possui magnitudes relativamente altas, mas um sistema de lista fechada. Sob esse sistema, os cidadãos podem atribuir um voto a um candidato legislativo individual e a um rótulo do partido. No entanto, a maioria vota em um candidato (SAMUELS, 1999). “Lista aberta” significa que o total de votos individuais dos candidatos determina sua localização na lista; os líderes do partido não os ordenam. Esse sistema, conseqüentemente, promove a competição intra e interpartidária: os candidatos

devem competir com seus colegas de lista e com os de outras listas para obter votos. As listas recebem bancos com base no número total de votos que seus candidatos receberam e, em seguida, são atribuídos de acordo com o total de votos individuais.

A lei brasileira proíbe candidaturas independentes; todos os candidatos devem: concorrer a uma lista de partidos, ser membros do partido pelo menos um ano antes da eleição e viverem no Estado ou no círculo eleitoral pela mesma época. Esses dois últimos requisitos podem apontar para um tipo de candidato localista, mas são irrelevantes, uma vez que os candidatos podem contornar o requisito de residência comprando imóveis no estado que deseja competir por uma posição. E ainda mais, como os grupos constituintes são congruentes com estados inteiros (e alguns estados brasileiros são maiores que muitos países), a exigência de residência nunca é uma questão controversa.

De acordo com Samuels (2011, p.287) a exigência de afiliação partidária também não tem sentido, devido à facilidade comparativa que os políticos brasileiros têm (e usam) para mudar de partido: Mais de 40% dos legisladores mudam de partido em cada período legislativo, e se excluirmos o PT (Partido dos Trabalhadores) que possuía cerca de 20% dos bancos na legislatura 2003-2006, mais da metade dos deputados restantes mudou de partido durante o mandato. Obviamente, isso significa que rótulos e organizações partidárias têm pouco valor para muitos políticos brasileiros. Contudo, os políticos que estão pensando em concorrer ao Congresso devem declarar uma afiliação partidária e abster-se de mudar de partido um ano antes da eleição.

Samuels (2011) esclarece que os candidatos são eleitos em nível estadual e os líderes partidários nacionais têm pouca influência na composição da lista de candidatos legislativos. De qualquer forma, a facilidade de mudar de partido torna impossível para os líderes nacionais excluir efetivamente um candidato da competição. A reeleição é permitida no Brasil, e até 2002 todos os representantes em exercício tinham garantido um lugar nas cédulas seguintes. Para o autor, essa regra tornou totalmente irrelevantes as preferências dos líderes partidários em relação às carreiras de candidatos individuais, tornando-os provavelmente um dos mais individualistas do mundo.

O Código Eleitoral Brasileiro (Lei nº 9.504, inicialmente promulgada em 1997 e ligeiramente modificada várias vezes) regula a forma como os partidos nomeiam seus candidatos. O estatuto de cada partido nacional deve conter as regras para a eleição de seus candidatos e a formação de uma coalizão eleitoral. Para as eleições legislativas, todos os estatutos do partido brasileiro propõem um sistema descentralizado de seleção e a auto-seleção caracteriza a composição e as listas de coalizão do partido. O processo é descentralizado no nível distrital (ou seja, no nível estadual), e a política do estado domina as convenções do partido nas quais as listas são geradas. Os candidatos individuais têm uma grande margem para decidir se vão concorrer ou não e por qual partido. Para todas as forças, a autoseleção caracteriza esse processo de nomeação descentralizada (SAMUELS, 2011).

Segundo o pesquisador, em sete dos oito principais partidos brasileiros, que juntos conquistaram 86,2% dos bancos nas eleições legislativas de 2002 (dezenove partidos venceram pelo menos um banco), os estatutos do partido estabelecem de maneira imprecisa algo que “no nível acordos de partidos estaduais escolherão candidatos a deputados federais”.

Somente o PT possui algumas regras adicionais. Primeiro, o PT exige que todos os candidatos assinem um “compromisso com os princípios do PT”. O partido também exige, para quem deseja concorrer a deputado federal, a obtenção de assinaturas entre uma das seguintes opções: um terço dos membros do comitê executivo do estado; 5% dos comitês municipais desse estado; 1% do total de afiliados no estado ou uma homologação da reunião “setorial” nacional ou estadual. Finalmente, o PT exige, para todos aqueles que cumpriram os requisitos acima, obter pelo menos 20% dos votos na convenção do estado do partido para a preparação da lista (SAMUELS, 2011, p.289).

Para o autor, essas regras podem incentivar os candidatos do PT a ter uma conexão mínima com o “nível local” e com o nível estadual da organização do partido, mas não são tão restritivos quanto se pode imaginar, nem líderes do partido, tomados como um grupo. Eles são particularmente importantes no processo de seleção de candidatos.

Samuels (2011) também discute a dificuldade de completar a cota feminina nos partidos, estabelecida no Brasil em 1995. Ele explica que, inicialmente, a cota foi feita de tal forma que pelo menos 25% do total de candidatas eram mulheres, mas em 1997 foi aumentada para 30% para as Eleições de 2002. De acordo com a regra da lista aberta brasileira, as mulheres não podem ser ordenadas na lista,

exceto pelos próprios eleitores. Portanto, a falta de candidatas pode ser uma razão pela qual poucos partidos concluem suas listas. A cota é tecnicamente 30% das caixas da lista, mas os partidos são penalizados por ignorar a cota feminina apenas quando nomearem o número máximo de candidatos totais permitidos e ainda não atingirem a cota. De acordo com Samuels (2011, p.291) em 1994, antes da lei, 6,2% do total de candidatos a deputados federais eram mulheres. Após a promulgação da lei, em 1998, o percentual saltou para 10,3%. “Porém, em 2002, a melhoria do equilíbrio de gênero diminuiu e apenas 11,4% do total de candidatas eram mulheres. Se os partidos tentarem completar suas listas, primeiro devem tentar triplicar o número relativo de candidatas nas listas”.

Samuels (2011) defende que nenhuma das partes esteve perto de completar o "mandato" da cota de mulheres, mesmo sem completar a lista. Para ele, o PT, que faz um grande esforço para ser inclusivo, tem a maior proporção de candidatas em 2002, mas sua proporção era de apenas 13,7%. Em comparação, os grandes partidos brasileiros - do mais conservador ao menos no espectro liberal-conservador - o PP tem o menor número de candidatas (5,7%), enquanto o PTB tem 12,7%, o PMDB 10,9%, o PFL 9,1% e o PSDB 12,0% (valores calculados pelo Tribunal Superior Eleitoral, 2002). Embora exista uma má relação entre a posição do partido no espectro liberal-conservador e a porcentagem de candidatas, as diferenças não são substanciais e, de qualquer forma, nenhum partido se aproxima da cota “necessária - ambição política, recrutamento de candidatas”. Em suma, apesar de existir uma lei sobre a lei de cotas para mulheres, ela não é de fato aplicada (SAMUELS, 2011).

O pesquisador destaca que, após o controle sobre o acesso às listas, o controle sobre o financiamento de campanhas é provavelmente o segundo fator em ordem de importância para determinar o tipo de candidato que surge em um país específico.

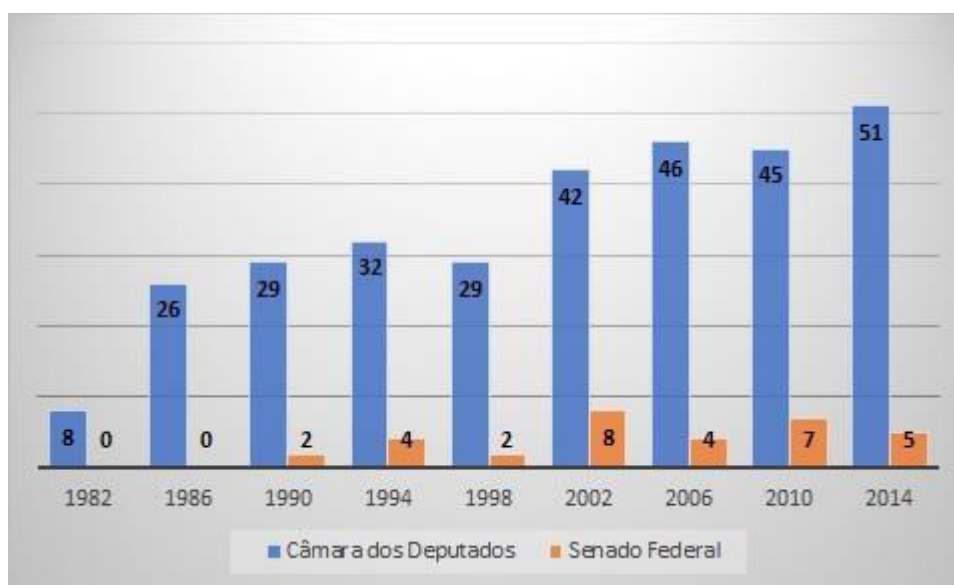
Se os líderes do partido controlam o dinheiro e os candidatos individuais precisam de dinheiro para vencer a eleição, o partido controla os candidatos. No Brasil, as organizações partidárias são publicamente financiadas por meio de uma alocação anual, mas não por campanhas políticas. Os partidos fornecem muito pouco financiamento a candidatos individuais para campanhas legislativas. Diferentemente e em contraste com a maioria dos países da América Latina e do mundo, os candidatos individuais são amplamente responsáveis por arrecadar e gastar dinheiro com suas campanhas. Não há limites efetivos para contribuições nas

campanhas brasileiras e estas são bastante caras (Samuels 2001a, 2001b). Obviamente, tudo o que um candidato recebe e gasta é vencer a eleição (SAMUELS, 2011, p.292).

Martins (2007) explica que, no Brasil, as cotas municipais para participação feminina nas eleições existem desde o ano de 1995. No ano de 1997, as cotas também se tornaram obrigatórias em todas as eleições, por meio de reserva obrigatória de, no mínimo, 30% e, no máximo, 70% para cada sexo nas listas dos partidos.

De acordo com a pesquisa realizada pela Procuradoria feminina do Senado (Senado Federal, 2016), intitulada “Mais mulheres na política, nas eleições de 2018 foram eleitas 7 senadoras para cumprimento do mandato entre os anos de 2011 a 2019, 7 senadoras para cumprimento do mandato entre os anos de 2015 a 2023 e 50 deputadas federais, conforme indica o gráfico 1.

Gráfico 1 – Evolução da participação feminina na Câmara dos Deputados e no Senado



Fonte: Senado Federal, 2016.

Nota-se um aumento da participação feminina na política brasileira, mas considerando que o Brasil tem 513 cadeiras de deputados e somente 51 mulheres ocupando essas funções, este valor corresponde a somente 10% da participação. Embora as cotas tenham contribuído com o aumento da participação feminina no Congresso, na medida em que não será possível uma eleição na qual não existam

candidatas do sexo feminino concorrendo, ela não é capaz de resolver as questões relacionadas ao machismo e à escolha dos candidatos por parte da população.

Bolognesi, Perissinotto e Codato (2015) analisaram a interação entre gênero e política mostrando que, com exceção das mulheres que ingressam na arena política com base em seu próprio capital social, aquelas que exercem um duplo dia de trabalho têm pouca disposição para a política. Eles não têm um atributo essencial para participar ativamente do jogo e, com isso, têm alguma chance de sucesso eleitoral: tempo disponível para se dedicar à causa e às tarefas do partido.

Segundo os pesquisadores, no total, 1.723 mulheres compareceram à Câmara Federal do Brasil em 2014. O maior contingente de profissões declaradas entre elas foi "donas de casa" (6,4%), seguido por "advogados" (5,6%), "Mulheres de negócios" (4,7%), "estudantes" (4,7%), "professoras de nível médio" (4,5%), "professoras de nível superior" (3%) e "equipe administrativa" (2,3%).

Com exceção de advogadas e empresárias, atividades com alta e média disposição para a política, a grande maioria das ocupações pode ser classificada como tendo pouca ou nenhuma disposição para um desempenho bem-sucedido na política eleitoral. Dessa forma, as mulheres devem não apenas enfrentar a barreira do trabalho doméstico e do preconceito de gênero, mas também as ocupações em que se concentram são exatamente aquelas que atendem às piores condições para o exercício da atividade política; contando com limitações de tempo para militância, com prestígio social, pouca ou nenhuma possibilidade de estabelecer redes de contatos relevantes nesse universo, e assim por diante.

No caso das mulheres, o impacto das ocupações no sucesso ou fracasso eleitoral é ainda mais importante. Embora essa associação seja menor no caso das mulheres, é mais importante, pois atenua as dificuldades atribuídas à condição de gênero. O que, no caso dos homens, resulta em uma vantagem adicional sobre uma condição já favorável; no caso das mulheres, atua como atenuador.

Os dados de Bolognesi, Perissinotto e Codato (2015) mostram que, quando as mulheres conseguem passar do status de aspirantes para o nível de candidatas, elas só participam de condições competitivas se vierem de um ramo de atividade com alta disposição para a política. E mesmo nesse caso, exercendo profissões de alto status e com grande afinidade com o mundo político (médicos, advogados,

fiscal), a maioria não é eleita: em um universo de 1.647 candidatos, dos 130 que possuíam profissões de elite, apenas seis foram eleitos. O problema da exclusão das mulheres da vida política parece ser anterior à sua entrada na arena eleitoral.

Superando essas barreiras, o tipo de ocupação, conforme definido aqui, se torna minimamente importante. Por outro lado, o modelo de regressão logística revela que ser negro afeta negativamente as possibilidades eleitorais; assim, os candidatos que se declararam negros e exerceram uma profissão de elite - ocupação com alta disposição para a política - não aumentaram, portanto, suas oportunidades de serem eleitos (BOLOGNESI, PERISSINOTO e CODATO, 2015, p.271).

No início dos anos 90, as várias modalidades de organizações e identidades feministas se multiplicaram. Segundo Costa (2011), as mulheres pobres articuladas nos bairros através das associações de moradores, as trabalhadoras através dos departamentos femininos de seus sindicatos e sindicatos, as trabalhadoras rurais através de suas várias organizações começarão a se identificar com o feminismo, o chamado feminismo popular. As organizações feministas das mulheres negras continuam a crescer e expandir a agenda política feminista e os parâmetros da própria luta feminista.

O crescimento do feminismo popular teve como consequência fundamental o amplo movimento das mulheres, a diluição de barreiras e a resistência ideológica ao feminismo. Essa diversidade assumida pelo feminismo brasileiro esteve muito presente nos preparativos para o movimento para sua intervenção na Quarta Conferência Mundial sobre Mulheres, realizada em setembro de 1995 em Pequim / China, incorporando amplos setores do movimento feminino. Em janeiro de 1994, convocada por algumas feministas que já haviam participado de conferências anteriores e com o apoio do UNIFEM, a primeira reunião preparatória para Pequim foi realizada no Rio de Janeiro (COSTA, 2011).

De acordo com a autora, cerca de 100 representantes militantes dos fóruns estaduais e municipais de mulheres, articulação local e grupos de mulheres de 18 estados, reuniram-se para a criação de uma coordenação nacional: a Articulação de Mulheres Brasileiras para Pequim 95, responsável por supervisionar, disseminar, obter e articular as ações do movimento com vistas a democratizar amplamente o processo de Pequim. Ela explica que a principal deliberação do encontro foi aproveitar esse momento para avaliar as mudanças na condição feminina na

década, chamar a atenção da sociedade civil para a importância das convenções internacionais sobre os direitos das mulheres e estabelecer novas dinâmicas de mobilização de movimentos. Essa tática política, articulada pela Coordenação de ONGs da América Latina e Caribe em conjunto com a Quarta Conferência, foi denominada Texto e Pretexto.

O processo preparatório para Pequim trouxe novas energias ao movimento feminista brasileiro, estimulou o surgimento de Fóruns em lugares que não existiam ou foram desativados, novos vínculos locais, novos grupos ou setores / departamentos em entidades de classe etc. Foram realizados eventos em 25 dos 26 estados brasileiros (COSTA, 2011, p.24).

Para a autora, no campo do Estado, esse vínculo fez avanços muito importantes, as feministas alcançaram, por meio de importante ação em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores - MRE, o órgão responsável pela elaboração do relatório do governo brasileiro, para estabelecer pela primeira vez na história do país, uma participação dinâmica e ampla consulta na preparação do documento oficial. Além disso, o MRE criou um grupo de trabalho com as principais feministas acadêmicas responsáveis pela elaboração do relatório e integrou militantes por meio de seminários temáticos de discussão, onde muitas das recomendações apresentadas pelo movimento foram incorporadas ao documento oficial. Essa mobilização não só garantiu a apresentação pelo governo brasileiro de um documento representativo, mas também a aprovação da Plataforma de Pequim pelo governo brasileiro, sem destacar e, principalmente, a partir daí uma melhor assimilação das demandas das mulheres por órgãos do governo federal (COSTA, 2011).

Além desse progresso em termos de mobilização e organização, Costa (2011) destaca que o processo de Pequim representou um maior aprofundamento dos laços com o feminismo latino-americano em termos de ação conjunta para o movimento feminista brasileiro. Apesar de ser a primeira vez que as mulheres latino-americanas participaram de uma reunião de cúpula mundial com uma rede regional organizada e integrada, a experiência do feminismo latino-americano é, desde o início, uma dinâmica transnacional, por meio de redes formais e informais, e especialmente através dos Encontros feministas da América Latina e do Caribe, realizados desde 1981, inicialmente a cada dois anos e depois a cada três anos.

Nessas reuniões, avanços feministas, conflitos, novos dilemas, novas perspectivas e mudanças de experiência são expressas.

Costa (2011) afirma que todas as atividades políticas e organizacionais foram orientadas para a conquista de políticas públicas, a extensão de ações afirmativas, o aprimoramento da legislação para proteger as mulheres e a avaliação e monitoramento da implementação dessas políticas e dos acordos firmados no campo internacional pelos governos locais, portanto, com constante diálogo e articulação do Estado. Para ela, no ano de 2000, a Articulação Brasileira das Mulheres, levando em consideração a aproximação de Beijing + 5, através de um esforço conjunto com outras entidades, realizou uma avaliação das ações governamentais implementadas no campo de políticas para mulheres, nos últimos cinco anos, em relação aos compromissos assumidos pelo governo brasileiro durante a IV Conferência. Como resultado, o documento final aponta para a fragilidade dos mecanismos executivos criados (com pouco ou nenhum recurso financeiro, com pouca equipe e quase nenhum poder dentro do Estado), os limites das políticas públicas implementadas e a necessidade de manter a mobilização e pressão do movimento.

Ainda naquele ano, segundo Costa (2011), na perspectiva da proximidade das eleições presidenciais, alguns setores do feminismo brasileiro começaram a tomar consciência da necessidade de ações conjuntas e articuladas para garantir um compromisso por parte dos candidatos com as agendas de Mulheres.

Apesar de toda a articulação e mobilização do movimento de mulheres, Lula não indicou, como esperado, uma feminista para a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, agora com o status de Ministério. Para o cargo foi indicado um senador do Partido dos Trabalhadores. Com pouco mais de um ano, ele a substituiu por um professor universitário sem nenhuma ligação com o movimento.

O PT no governo, apesar dos compromissos de campanha feitos às mulheres, tem sido extremamente conservador na implementação de políticas; nem a lei de cotas aprovada no partido desde os anos 80, que estabeleceu um mínimo de 30% das mulheres nos espaços de decisão, foi aplicada em nível governamental (COSTA, 2011, p.36).

No entanto, Costa (2011) ressalta que essa prática governamental falhou em desencorajar o movimento em sua luta por políticas adequadas para as mulheres e

na decisão de continuar criando novos espaços para o diálogo ou aproveitando os espaços já institucionalizados.

4.1 A reforma do sistema de financiamento da política no Brasil

A pesquisa de Speck (2105) gira em torno dos debates existentes acerca dos tipos de financiamento permitidos a partidos políticos, campanhas eleitorais, candidatos, advindos do Fundo partidário e de empresas privadas. Ele expõe a ideia de que, para que haja uma melhora no cenário de financiamento político, é necessária a experiência das regulações existentes. O Brasil possui um sistema de financiamento que foi introduzido em 1993 e que, de acordo com o autor,

Em três áreas as regras mudaram bastante. Em relação a área dos vetos e proibições para doadores de campanha, a legislação pós 1993 se adaptou a realidade. A lei pós 1993 legalizou as doações por empresas, tanto para financiar os partidos políticos quanto para as campanhas eleitorais (SPECK, 2015, p. 102).

Speck (2015) explica que, após as modificações implementadas em 1993, o Fundo Partidário recebeu incentivos em valores simbólicos. Por exemplo, foram distribuídos em torno de 300 milhões anualmente para todos os partidos políticos e após reforma do financiamento (entre 1993 e 1997), foram inseridas as prestações de contas e da transparência sobre os recursos de campanha, ou seja, candidatos e partidos políticos devem demonstrar detalhadamente os gastos eleitorais e arrecadações que obtiveram junto a Justiça Eleitoral. Esses valores devem ser publicados e expostos a sociedade. Segundo Speck (2015, p. 102),

Com as novas regras os partidos e candidatos tinham que prestar contas, informando detalhadamente sobre a arrecadação e o gasto eleitoral. Adicionalmente, as informações à Justiça Eleitoral deveriam ser divulgadas amplamente ao público. Estes foram os antecedentes e o teor da última grande reforma do sistema de financiamento da política que ocorreu aproximadamente três décadas atrás, entre 1993 e 1997.

No ano de 2015, o Supremo Tribunal Federal torna inconstitucional o repasse de verba de empresas a campanhas eleitorais. A Câmara dos Deputados não abraçou as mudanças e enviou para sanção da presidenta na época, Dilma Rousseff, o que ao final do texto, não transmite ao eleitor uma conclusão acerca da pauta. (SPECK, 2015).

O autor baseia-se em debates sobre regulação do financiamento da política, e apresenta, em sua própria versão, ferramentas de regulação compartilhadas, divididas em três tópicos. O primeiro fala sobre os grupos de vedações e limitações, onde nele inserem-se:

- a) Vetos a doadores, incluem-se aqui os órgãos ligados ao Estado, algumas empresas, estrangeiros impedindo-os de fazer contribuições legais a partidos políticos e campanhas;
- b) Tetos para doações, onde é imposto um limite para doações a campanhas partidária;
- c) Vedações e tetos para despesas, ou seja, se estabelece limites para os gastos de partidos políticos de campanhas eleitorais. Esses valores são os mesmos para aqueles que disputam os mesmos cargos.

O segundo tópico citado por Speck (2015) são os subsídios públicos em dinheiro ou vantagens que o poder público tem de ofertar aos partidos políticos. Dentro desses subsídios há os diretos e indiretos. São apoios destinados aos partidos, podendo isentá-los da tributação ou por contribuição financeira. O acesso a meios de comunicação também é apontado dentro desse item, assim como as formas de distribuição dos subsídios, que estuda os diferentes meios de reparti-los entre os partidos políticos e aqueles que o constituem, que podem ser, para Speck (2015 p. 108),

A distribuição equitativa dos recursos (todos os partidos recebem o mesmo volume de dinheiro ou de tempo de propaganda), a alocação dos recursos em proporção a algum critério de desempenho (os critérios variam, mas um dos mais usados é o sucesso eleitoral no passado) ou em função do comportamento dos cidadãos (aqui entram os acima mencionados modelos de *matching funds* ou de reembolso no imposto pago).

O terceiro tópico garante o controle dos fluxos financeiros, supervisão e transparência e fiscalização dos processos. Para o autor, “as três etapas importantes no caminho para a transparência que os países tendem a vencer sucessivamente são a obrigatoriedade de manter registros contábeis, a necessidade de prestação de contas a uma instituição de controle e o acesso público a esta

informação.” (SPECK, 2015, p. 108).

Por fim, Speck (2015) trata dos tetos para contribuição total de doadores como formas de equilibrar as doações, estabelecendo um valor que pode ser ofertado durante as campanhas eleitorais. Cita também as vedações para outras fontes, proibições de doações advindas de alguns responsáveis por financiar campanhas políticas, como por exemplo as empresas privadas. Isso seria feito com a intenção de classificar um outro grau de importância a outras fontes de financiamento. Porém, deve haver regras para que esse sistema não auxilie apenas aqueles que já possuam poder econômico.

Para o autor, a reforma do financiamento político tem como objetivos o fortalecimento da posição do cidadão, o equilíbrio da disputa eleitoral entre partidos políticos e candidatos, igualando-os e, por fim, a diminuição dos riscos de corrupção nos processos eleitorais.

Speck (2015) também alerta para as limitações de valores recebidos, do tempo da propaganda política e dos gastos dos partidos políticos. Há também o volume dos subsídios públicos, onde o autor sugere a recepção de ideias de cidadãos sobre as formas de financiamento. Ele expõe que

O modelo brasileiro define os recursos alocados ao Fundo Partidário em função do número de eleitores registrados. Com esta regra o volume a ser distribuído entre os partidos independe da capacidade dos partidos mobilizarem os cidadãos nas eleições. Mesmo com taxas reduzidas de comparecimento eleitoral, os partidos não enfrentam a redução dos valores do Fundo Partidário. Com o crescimento do eleitorado este fundo tem um crescimento vegetativo. Adicionalmente, os valores são corrigidos pela inflação. Adicionalmente, a lei do Fundo Partidário no Brasil prevê a possibilidade de dotações orçamentárias adicionais pelos legisladores, independente de qualquer critério. Nos últimos anos os legisladores brasileiros fizeram amplo uso deste dispositivo, alocando recursos adicionais ao Fundo Partidário a despeito da insatisfação dos cidadãos com o desempenho dessas organizações. Nenhum dos mecanismos de definição do volume do Fundo Partidário leva em conta a aprovação dos partidos pelos cidadãos. Nenhum protege os cidadãos contra o incremento infinito dos recursos do Fundo Partidário (SPECK, 2015, p. 112).

Esta revisão mostra a necessidade de discussão dos tipos de financiamento

que podem ser aplicados no sistema político brasileiro e explicita quais as formas de se alcançar o equilíbrio na divisão dos subsídios a partidos políticos, reforçando a necessidade de regras que proporcionem igualdade e da inclusão da sociedade brasileira nos debates sobre o tema.

4.2 Mulheres e Representação Política

Nas antigas sociedades as mulheres não eram consideradas efetivamente cidadãs, pois a elas cabiam apenas o exercício das tarefas domésticas para que os homens da época pudessem comandar as posições do cenário público. (ABREU, 2015).

Abreu (2015) correlaciona esse fato com as dificuldades das mulheres do século XXI de conseguirem conciliar uma vida pública com os afazeres domésticos que ainda hoje são, em sua maioria, responsabilidades do público feminino. É importante ressaltar que na visão da autora tais acontecimentos proporcionaram aos homens exercerem profissões de maior prestígio na sociedade, e direcionaram as mulheres a seguirem as áreas mais voltadas para os afazeres e cuidados domésticos, com uma remuneração 20% mais baixa do que o público masculino. Abreu (2015, p.28) explica que

A divisão sexual do trabalho não diz respeito somente à responsabilização das mulheres pela atividade doméstica, mas também à divisão de áreas do conhecimento e do mundo profissional destinadas mais a esse ou àquele sexo. Por exemplo, enquanto a engenharia, a construção civil, as atividades militares são predominantemente exercidas por homens, as atividades relacionadas ao cuidado – enfermagem, professoras de nível fundamental, assistentes sociais, pedagogas, apenas para ficar com alguns exemplos – são, em sua maioria, exercidas por mulheres. Mesmo dentre profissões como professores universitários, médicos, advogados, há especialidades que podem ser consideradas de presença majoritariamente “feminina” ou “masculina”.

A citação provoca uma reflexão sobre a posição de homens e mulheres diante das oportunidades profissionais e o quanto a influência na escolha da formação acadêmica é diferenciada para esses dois públicos.

Para a autora, diversos espaços não foram criados para que mulheres os frequentassem, entre eles, a esfera política, porém, o aumento da sua representatividade pode auxiliar no alcance da equidade de gênero e no progresso para a sociedade. Nas tabelas a seguir a autora aplica as medidas comparativas entre países sobre a ocupação de cadeiras por mulheres na Câmara dos Deputados, que posiciona o Brasil em 116º lugar, com 51 mulheres inseridas (9,9%) em um total de 513 cadeiras. Abreu (2015) utiliza-se do método de comparação para demonstrar o atraso da inserção e participação de mulheres na Câmara dos Deputados, quando a equipara com outros países como a Bolívia, nosso vizinho e um dos mais pobres da América do Sul, que ocupa o 2º lugar na tabela, tendo em 2015 um total de 69 mulheres de 130 cadeiras nas câmaras dos deputados.

TABELA 1 - OCUPAÇÃO DE CADEIRAS POR MULHERES NAS CÂMARAS DOS DEPUTADOS (OU CÂMARA ÚNICA), POR PAÍS

Posição	País	Número de cadeiras	Cadeiras ocupadas por mulheres	%
1	Ruanda	80	51	63,8%
2	Bolívia	130	69	53,1%
3	Cuba	612	299	48,9%
4	Seychelles	32	14	43,8%
5	Suécia	349	152	43,6%
6	Senegal	150	64	42,7%
7	Finlândia	200	85	42,5%
8	Equador	137	57	41,6%
9	África do Sul	400	166	41,5%
10	Islândia	63	26	41,3%
10	Namíbia	104	43	41,3%
11	Espanha	350	144	41,1%
12	Moçambique	250	99	39,6%
12	Noruega	169	67	39,6%
13	Bélgica	150	59	39,3%
14	Nicarágua	92	36	39,1%
15	Timor Leste	65	25	38,5%
16	Dinamarca	179	68	38,0%
16	México	500	190	38,0%
17	Holanda	150	56	37,3%
18	Angola	220	81	36,8%
19	Eslovênia	90	33	36,7%
20	Alemanha	631	230	36,5%
21	Argentina	257	93	36,2%
...				
26	Costa Rica	57	19	33,3%
...				
33	Itália	630	195	31,0%
...				
45	França	577	151	26,2%
...				
48	Canadá	306	77	25,2%
...				
55	China	2969	699	23,5%
...				
59	Reino Unido	650	148	22,8%
60	Peru	130	29	22,3%
...				
71	Colômbia	166	33	19,9%
...				
73	EUA	432	84	19,4%
...				
80	Emirados Árabes	40	7	17,5%
...				
83	Venezuela	165	28	17,0%
...				
87	Chile	120	19	15,8%
...				
89	Paraguai	80	12	15,0%
...				
100	Uruguai	99	13	13,1%
...				
116	Brasil	513	51	9,9%
...				
118	Japão	475	45	9,5%
...				
134	República do Iraque	290	9	3,1%
...				
139	Yemen	300	0	0,0%

Fonte: Elaborado por Abreu (2015), adaptado de Revista Parlamento e Sociedade (2015)

Segundo Abreu (2015), na literatura que acompanha o avanço da igualdade de direitos entre homens e mulheres no país, foram constatados pontos positivos no desenvolvimento educacional e na melhoria de saúde que podem estar associados ao empoderamento feminino. Além disso, mulheres passaram a ocupar postos altos

que, em outros países, estão quase exclusivamente destinados aos homens.

Ao equiparar a participação das mulheres nas eleições para deputado(a) federal e deputado(a) estadual de 2014, a autora faz um comparativo entre as capitais do Brasil. Pode-se identificar a presença pouco expressiva do público feminino, destacando-se o estado de São Paulo que na época elegeu 6 mulheres (28,23%) do total de 70 cadeiras disponíveis na Câmara dos Deputados, e 11 mulheres (11,7%) de 94 vagas disponíveis na Assembleia Legislativa.

TABELA 2 - PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES DAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO FEDERAL DE 2014

Estado	Número de cadeiras	% de Mulheres Candidatas	Número de Mulheres Eleitas	% de Mulheres Eleitas
Acre	8	33,87	1	12,5%
Alagoas	9	29,29	0	0,0%
Amapá	8	33,33	3	37,5%
Amazonas	8	34,21	1	12,5%
Bahia	39	26,13	3	7,7%
Ceará	22	30,37	2	9,1%
Distrito Federal	8	32,00	1	12,5%
Espírito Santo	10	29,41	0	0,0%
Goiás	17	27,17	2	11,8%
Maranhão	18	25,89	1	5,6%
Mato Grosso	8	29,07	0	0,0%
Mato Grosso do Sul	8	35,96	1	12,5%
Minas Gerais	53	31,04	5	9,4%
Pará	17	31,76	3	17,6%
Paraíba	12	30,00	0	0,0%
Paraná	30	27,78	2	6,7%
Pernambuco	25	26,32	1	4,0%
Piauí	10	33,72	2	20,0%
Rio de Janeiro	46	26,78	6	13,0%
Rio Grande do Norte	8	30,00	1	12,5%
Rio Grande do Sul	31	31,48	1	3,2%
Rondônia	8	30,86	2	25,0%
Roraima	8	34,62	2	25,0%
Santa Catarina	16	30,65	2	12,5%
São Paulo	70	28,23	6	8,6%
Sergipe	8	34,72	0	0,0%
Tocantins	8	32,61	3	37,5%
Total	513		51	9,9%

Fonte: Elaborado por Abreu (2015), adaptado de Tribunal Superior Eleitoral (2014)

TABELA 3 - PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO ESTADUAL DE 2014, POR ESTADO

Estado	Número de cadeiras	Número de Mulheres Eleitas	% de Mulheres Eleitas
Acre	24	4	16,7%
Alagoas	27	2	7,4%
Amapá	24	8	33,3%
Amazonas	24	1	4,2%
Bahia	63	7	11,1%
Ceará	46	7	15,2%
Distrito Federal	24	5	20,8%
Espírito Santo	30	4	13,3%
Goiás	41	4	9,8%
Maranhão	42	6	14,3%
Mato Grosso	24	1	4,2%
Mato Grosso do Sul	24	3	12,5%
Minas Gerais	77	5	6,5%
Pará	41	3	7,3%
Paraíba	36	3	8,3%
Paraná	54	3	5,6%
Pernambuco	49	5	10,2%
Piauí	30	4	13,3%
Rio de Janeiro	70	8	11,4%
Rio Grande do Norte	24	2	8,3%
Rio Grande do Sul	55	7	12,7%
Rondônia	24	3	12,5%
Roraima	24	3	12,5%
Santa Catarina	40	4	10,0%
São Paulo	94	11	11,7%
Sergipe	24	4	16,7%
Tocantins	24	3	12,5%
Total	1059	120	11,3%

Fonte: Elaborado por Abreu (2015), adaptado de Tribunal Superior Eleitoral (2014)

Observando as tabelas é possível concluir que há uma grande distância a percorrer para se obter uma elegibilidade harmoniosa entre homens e mulheres. Ao adentrar nos assuntos das propostas que auxiliem esse cenário da desigualdade entre os sexos, Abreu (2015) defende a existência da Lei de Cotas como mecanismo de mudança para um cenário mais equilibrado.

De acordo com os dados levantados pela autora, nota-se que a participação de homens e mulheres na esfera política é desigual para o público feminino e esse trabalho buscará compreender e apontar as causas dessa disparidade, as dificuldades existentes nessa trajetória de inclusão e o papel da comunicação partidária nesse processo.

4.3 Marketing Político

O processo de marketing é aplicado em uma relação de troca. Torquato (2014) explica que, mesmo se tratando do marketing político, a relação de troca ainda é o objetivo, sendo um o emissor das informações, aquele que transmite as mensagens por meios de canais a um público. Segundo o autor, “O ato de comunicação é cíclico, bipolar: o emissor transmite, por meio de canais, informações ao receptor; e este recebe a mensagem, realimentando o sistema por meio de feedbacks, completando-se desta maneira o processo da comunicação.” (TORQUATO, 2014, p. 30).

Nesse sistema de comunicação do marketing político é possível compreender por meio das palavras do autor, que o candidato é o emissor de suas ideias, que são suas propostas a serem avaliadas pelo receptor, o seu público. Em troca de transpassar as ideias de seus projetos e seus planos caso seja eleito, ele recebe o feedback do eleitor, sendo o voto na urna, ou a ausência dele. Entende-se que todas as estratégias do marketing político são aplicadas na intenção de convencer o eleitor a apoiar o candidato. (TORQUATO, 2014).

Torquato (2014) estabelece os estímulos que são aplicados aos eleitores para que se aproximem do candidato. Ele argumenta que, inicialmente, o candidato é o primeiro estímulo a ser conhecido pelo eleitor, que pode resultar em um sentimento de simpatia ou antipatia. O cenário é o segundo estímulo a ser apresentado pelo autor, que é o meio pelo qual o candidato se apresenta ao eleitorado. Por onde o conhecemos inicialmente? Pela televisão? Em uma carreata em algum bairro de nossa cidade? O meio de apresentação do candidato ao eleitorado irá gerar, ou não, uma aproximação. O terceiro estímulo é a comunicação, o maior modo de incentivo ao eleitorado, advindo diretamente do próprio candidato, dos meios de comunicação, mídias e afins. A estrutura da campanha também é algo mencionado pelo autor como um dos estímulos, que nada mais é do que os recursos dispostos a toda a campanha, pois resulta no nível dos materiais a serem distribuídos e auxilia no acesso aos eleitores. Por fim, Torquato (2014, p. 33, grifo do autor) conclui que

É importante considerar ainda dois estímulos: **os concorrentes e as causas sociais**. No primeiro caso, os concorrentes servirão a que o

eleitor faça uma comparação, uma análise de diferenciação, medindo os defeitos, os pontos fortes e fracos, as falhas de um (candidato) em relação ao outro. Quando as causas sociais, urge registrar que a sociedade quer, na quadra em que vive o país, mais segurança, mais saúde, mais harmonia social. Nessa esteira, o candidato que desfraldar a bandeira do combate à violência poderá, em tese, angariar mais simpatia; portanto, o eleitor é influenciado pelo discurso social, pela onda (ou sensibilidade) do momento, pelas demandas mais prementes da sociedade.

Há outros impulsos aplicados ao eleitor provenientes do candidato. Torquato (2014) descreve o impulso combativo, que é o instinto de luta do ser humano pela sobrevivência, luta pelas dificuldades que enfrenta diariamente. É aplicado caso o candidato exponha alguma ideia que garanta maior segurança à vida, e que ofereça condições melhores, como propostas de emprego e mais dinheiro. Já o impulso alimentar também está atrelado ao espírito de sobrevivência, é a ideia de defender-se da fome. Para o autor, “Toda proposta que venha a induzir o eleitor no sentido de lhe garantir mais dinheiro e, conseqüentemente, geladeira cheia e estômago satisfeito, será bem-sucedida”. (TORQUATO, 2014, p. 35). Outros dois instintos também são mencionados pelo autor Torquato (2014): o instinto sexual, que valoriza os discursos destinados a família, e o instinto paternal, que considera a solidariedade, o amor e a amizade como valores importantes em uma campanha.

Torquato (2014) discorre sobre os principais vetores de marketing na política, citando primeiramente o delineamento de mercado, que é o mapeamento da sociedade, iniciando pelas classes sociais e pelas categorias profissionais, por exemplo, os professores, caminhoneiros, donas de casa e afins, além de um delineamento do segmento geográfico, para identificar as regiões mais propensas a abraçar as ideias do candidato.

A motivação ao voto é o segundo vetor identificado por Torquato (2014), que estuda quais são as causas que levam os eleitores a votar em determinado candidato. É a necessidade de entender os fatores diretos e indiretos que influenciam nessa escolha. Torquato (2014, p. 38) explica que

Pode ser, que em algumas regiões, os fatores preponderantes sejam o emprego, o remédio, o hospital, a ajuda em dinheiro, uma casa um eletrodoméstico. Em regiões atrasadas a velha política usa o assistencialismo paternalista e a oferta de objetos e kits (sacolas de

alimentos, material de construção, dentaduras, óculos) etc.

Outro vetor citado por Torquato (2014) é denominado emoção e razão, duas bases psicológicas que operam no lado racional e que interfere nos votos de pessoas mais esclarecidas, como os profissionais liberais e pessoas de classe média. E o lado emocional, que influencia as pessoas de baixa classe social a optarem por candidatos sob a influência da emoção e simpatia.

Torquato (2014) sinaliza também como vetor de marketing o planejamento da comunicação, que são as mensagens do candidato transmitidas através de diversos canais comunicacionais, com sua linguagem própria e adequada a cada um deles. Para o autor, a comunicação trabalha com dois tipos de estratégias, são elas:

Marketing massivo, que implica a adoção de estratégias de comunicação para atender a todos os públicos, indistintamente. [...] Marketing segmentado, que enfoca públicos específicos, como profissionais liberais (economistas, médicos, engenheiros etc.), trabalhadores, donas de casa, taxistas, empresários etc. (TORQUATO, 2014, p. 41)

O último vetor de marketing apontado por Torquato (2014) é a difusão, que são as ações de encaminhamento dos materiais de campanha do candidato. Não se pode ter entraves na hora de acessar o eleitorado, para assim, conseguir propagar suas ideias entre seus possíveis eleitores.

Ao identificar os vetores de marketing mencionados anteriormente, pode-se entender que diversos segmentos impactam na comunicação e, dessa forma, na decisão do eleitorado; a mensagem a ser destinada aos públicos de diferentes faixas etárias, classes sociais, em meios de comunicação distintos, como e quais propostas que devem ser divulgadas. Ao se analisar esses vetores, compreende-se a importância da comunicação clara para a sociedade e os ganhos que podem trazer em uma eleição.

Para Torquato (2014), o marketing político opera em duas frentes: a) nas campanhas eleitorais majoritárias e proporcionais (de quatro em quatro anos, nas eleições para Presidência da República, Governo do Estado, Senado e Câmara Federal; e dois anos depois, pleito para Prefeituras e Câmaras de Vereadores) e b) no marketing permanente, que é a estrutura de apoio aos eleitos.

Conclui-se, então, que as estratégias comunicacionais e de marketing político são utilizadas de forma contínua dentro da trajetória política de candidatos, observando diversos movimentos para destinar a comunicação de forma certa, objetivando na angariação de votos e na eleição.

4.4 Organização e estrutura partidária do Partido dos Trabalhadores (PT)

O partido dos trabalhadores foi fundado em 1980, com o objetivo de unir intelectuais, artistas e trabalhadores da indústria do ABC paulista em defesa dos trabalhadores brasileiros (PT, 2019).

O partido é reconhecido por ter o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva como representante. O partido tem uma secretaria nacional de mulheres, na qual as mulheres partidárias se reúnem para discutir as suas demandas políticas e sociais. A secretaria participa do grupo de mulheres do Foro de São Paulo e da Coppal (Conferência Permanente dos Partidos Políticos da América Latina) (PT, 2019).

De acordo com Barbieri; Ramos (2019), nas eleições de 2018, o PT não cumpriu a cota de 30% para candidaturas femininas ao cargo de deputada federal em 7 estados. O PT gastou 1,50% do seu tempo disponíveis na TV durante a campanha eleitoral para a campanha de mulheres candidatas e 2,22% do tempo de rádio.

4.5 Organização E Estrutura Partidária do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)

O PSDB foi fundado em 25 de junho de 1988. É um partido definido como de centro, com significativa polarização ideológica em relação ao PT. O partido está organizado em diretórios estaduais, subdivididos em núcleos. Cada núcleo defende e discute políticas públicas relacionadas a pautas como diversidade, educação ou negros.

O PSDB possui o núcleo PSDB mulher, que organiza Congressos próprios e divulga teses e pesquisas realizadas por mulheres e dedicadas a questões de interesses do público feminino, como políticas de geração de emprego e renda, violência doméstica e saúde pública feminina.

Barbieri; Ramos (2019) verificaram que o PSDB não cumpriu com as cotas de 30% para candidaturas femininas em 7 estados, nas eleições de 2018, mas investiu mais de 50% do fundo partidário na promoção de candidaturas femininas. No entanto, o tempo de propaganda em rádio e TV que o partido destinou para as mulheres foi de 5,57% para a TV e 6,42% para o rádio.

5 PERCEPÇÕES DE MILITANTES A RESPEITO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA NO BRASIL

Foram entrevistadas 2 militantes de partidos políticos da cidade de São Paulo. J. é filiada ao partido dos trabalhadores desde 1999 (20 anos de filiação). Atuou como presidente do diretório municipal do partido e participou da executiva nacional. No momento não exerce nenhuma função no partido, mas permanece filiada.

M. participa do PSDB desde 2005. PSDB desde 2005 (14 anos), onde atuou como Secretária Especial da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida da Prefeitura de São Paulo. Ela não está atuando em cargos políticos neste momento, mas permanece vinculada ao partido. Os tópicos desenvolvidos neste capítulo estão relacionados às repostas das entrevistadas às perguntas realizadas, apresentadas no anexo 1 da presente pesquisa.

5.1 Evolução Da Participação Feminina na Política

Em relação à participação feminina na política, as depoentes informaram que, em suas experiências políticas, verificam uma crescente participação feminina nas decisões dos partidos. Esta participação acompanhou as conquistas históricas do movimento feminista brasileiro. Para M., a participação feminina tem crescido sobretudo nas relações comunitárias, pois muitas comunidades são lideradas por mulheres que buscam o poder público para atender às demandas locais. De acordo com o seu depoimento.

A política é inerente à mulher. Temos senso de governança porque é da nossa natureza conceber, cuidar, conduzir. Basta pensarmos que para cada político (homem) houve uma mulher que o educou. A vocação política de cada uma de nós, mulheres, só é canalizada em áreas diferentes – seja na esfera pública ou fora. Além disso, a mulher tem uma capacidade muito grande de dialogar, tem empatia e sensibilidade para conduzir situações que exigem jogo de cintura (M., 2019).

Para J., que fez parte de um movimento coletivo do PT e se lançou candidata para representa-lo, tendo sido reeleita duas vezes, a participação feminina na política transcende a obediência a cotas ou a determinações legais que obriguem os

partidos a darem espaço para candidatas, porque é preciso desconstruir o pensamento machista predominante na sociedade brasileira, de modo que estas mulheres não tenham somente espaço dentro dos partidos, mas tenham credibilidade diante dos eleitores.

Existem resistências históricas, calcada em preconceitos e elas extrapolam as bancadas partidárias. As mulheres são subrepresentadas no Brasil. Quero ressaltar que devemos eleger mulheres e também homens que estejam realmente comprometidos com as suas lutas sociais e de emancipação do povo. Numa sociedade machista ainda predomina a desconfiança em relação a capacidade das mulheres e isso se reflete, obviamente, nas eleições com os homens dando preferência de voto a candidatos homens. Atitudes de preconceito e até de violência de gênero procuram reforçar o pensamento de que a política não é espaço para as mulheres. No dia a dia são inúmeras as situações constrangedoras que lembram as mulheres que elas não são bem-vindas em vários espaços (J., 2019).

Venturi; Godinho (2013) investigaram a opinião de diferentes indivíduos a respeito da figura feminina e sua participação na política, na família e na sociedade. Os autores perceberam que ainda existem representações sociais relacionadas ao gênero feminino que o qualificam como relacionado à vida privada e às relações de cuidado, que também foram citadas por M. em seu depoimento. Venturi; Godinho (2013), no entanto, perceberam que existe um processo de transição em curso, tendo em vista que 21% dos depoentes se declararam feministas e 80% acreditam que a mulher deve participar da atividade política no Brasil. Trata-se de uma mudança em curso que apresenta contradições e ambiguidades, mas que indica um cenário mais próximo na equidade no futuro.

5.2 Mulheres de Destaque na Política Brasileira

As entrevistadas foram indagadas a respeito de suas referências femininas na política brasileira. Para M. a Ruth Cardoso é “uma representante digna da militância intelectual e política. Uma inspiração para as novas gerações entrarem para a vida pública.”

Para J. é difícil definir a participação feminina na luta pelos direitos políticos somente a partir de uma referência, tendo em vista que

temos muitas mulheres importantes para as lutas sociais na história do País, para as causas feministas e para defender os direitos das mulheres e que defendem também os interesses populares. Mas a maior é Dilma Rousseff, a primeira presidenta mulher do Brasil em mais de 150 anos de República.

Ambas buscaram referências partidárias, associadas às suas experiências pessoais em relação ao movimento feminino.

5.3 Participação Masculina na Luta pela Equidade entre Homens e Mulheres na Política

No que se refere ao apoio masculino às causas femininas em relação à participação na política, as depoentes discordam. Para M. “é por essa discussão que hoje já existe a reserva mínima de 30% das vagas nos partidos para mulheres. Contudo, ainda não trouxemos essa porcentagem para dentro dos parlamentos de fato.” Ela acredita que a cota feminina só foi possível porque os homens apoiaram a causa. M afirma que, mesmo tendo algum apoio partidário e masculino, a equidade permanece um desafio porque historicamente o Brasil é um país machista que não ofereceu espaço para as mulheres até recentemente.

Para se ter uma ideia, de acordo com uma pesquisa feita pela ONU Mulheres, que analisou 174 países, até este ano, o Brasil ocupava a 154ª posição na listagem de participação de mulheres no Poder Legislativo. Estamos atrás do Afeganistão, por exemplo, país onde o papel político feminino é bem reduzido, mas que tem 28% de mulheres no Parlamento - quase três vezes mais do que temos. E não achem que isso ocorre porque o Brasil é um país em desenvolvimento e isso se deve à pobreza e baixa qualidade da educação, porque entre 10 países líderes de representatividade feminina estão Ruanda, Bolívia, Cuba, Senegal, México, África do Sul e Equador, nações com realidades econômicas semelhantes a do Brasil. Tais países elegeram mais de 40% de mulheres no legislativo, e se destacam junto com países onde os direitos das mulheres têm maior força como Islândia, Suécia e Finlândia.

Para J, no entanto, não existe engajamento do público masculino nesta causa, pois, em nenhum momento houve “alguma discussão entre este público

sobre a equidade na participação de homens e mulheres dentro deste partido político.”

Venturi; Godinho (2013) discutem que existe uma mudança de percepção dos homens a respeito da participação feminina na política e também sobre o papel da mulher dentro da sociedade. Sobre isso, M. revelou que até a década de 2010 não havia banheiro feminino no Congresso, como se aquele espaço não fosse adequado para o público feminino ou rejeitasse a presença deste público.

.... até 2016, as senadoras tinham de sair do plenário e usar o banheiro do restaurante ao lado porque a única opção era o banheiro masculino, construído em 1960. Ou seja, cheguei ao Senado com grandes missões, carregando comigo uma somatória de discriminações: mulher e tetraplégica.

Nota-se, então que a inserção da mulher na política e a consolidação dos seus direitos nesta esfera é recente, embora existam precedentes em mulheres como Eloiza Erundina.

5.4 Ações do Partido em Favor da Participação Feminina na Política

Em relação ao apoio do partido para que as mulheres participem da política, ambas as depoentes acreditam que são apoiadas pelos seus partidos. Para M.

Existem campanhas dentro dos partidos e elaboradas por conselhos femininos para incentivar a participação feminina. Contudo, estas iniciativas ainda são de pequena repercussão. Falta de fato investimento dos partidos em eleições femininas e formação política de mulheres. O PSDB deu um passo fundamental rumo à equidade de gêneros, estabelecendo a partir da Resolução 1/13 da CEN, um número mínimo de candidaturas de mulheres no registro de chapas do partido. A iniciativa também é uma conquista do expressivo número de tucanas. Hoje somos 44% do total dos filiados do nosso partido. O que significa que representamos uma força partidária, capaz de estimular a participação de mais mulheres no cenário político e nas decisões que afetam a sociedade. É um grande avanço nestes mais de 81 anos de voto feminino. Nessas eleições avançamos bem nesse sentido com a reserva dos 30% do dinheiro do Fundo Partidário usado para o financiamento de candidatos para as campanhas de mulheres, sem contar os 30% das veiculações em rádios e televisões também destinadas às candidatas. Fui eleita como Senadora esse ano e o apoio do PSDB em minha campanha fez toda a diferença para que eu pudesse disputar em pé de igualdade com outros candidatos.

Do mesmo modo, J. acredita que o seu partido realiza um esforço na inserção de mulheres na participação política nacional, bem como dá a elas liberdade para construírem seus próprios movimentos.

Se você está referindo ao PT informo que existe há anos dentro do partido cotas de participação e de paridade de gênero de 50% para cargos dirigentes. Não tenho conhecimento de outro partido com essa resolução. Os recursos do fundo partidário pela legislação eleitoral em vigor devem contemplar com 30% as candidatas mulheres. Existe uma quantidade muito maior de homens candidatos nas eleições no Brasil.

Entretanto, Barbieri; Ramos (2019) não caracterizaram PT e PSDB com partidos com representação proporcional significativa de candidatas mulheres. Ambos os partidos não cumpriram as cotas em 7 estados da federação em relação à candidatura de deputadas federais em 2018. Também não ofereceram equidade em relação ao tempo de mídia das candidatas em comparação com os candidatos. Embora ambos os partidos tenham mulheres representantes que são referências na política nacional, conforme supracitado, não foi identificado um esforço para essa ampliação que transcenda o cumprimento de normas. Muitas mulheres que se destacaram na política nacional, como, Ruth Cardoso, Marta Suplicy e Erundina, já possuíam visibilidade e apoio público em função de suas trajetórias pessoais e profissionais. Não foi o apoio do partido que as tornou elegíveis, mas a credibilidade destas mulheres junto a sociedade que foi emprestada ao partido.

5.5 Desafios Para a Consolidação da Participação Feminina na Política Brasileira

O último grupo de perguntas foi referente aos desafios identificados pelas depoentes a respeito da inserção feminina na política. Para M.

Acredito que esta questão vá muito além da igualdade de gênero, que ainda está longe do Brasil alcançar. Precisamos lutar por mais diversidade em nossa democracia. Afinal, a maior característica do nosso país é a heterogeneidade. Mas ela ainda é pouco representada em nosso Congresso. Se analisarmos nossos políticos hoje, encontraremos muito mais padrão do que diferenças.

Com isso, deixamos de ampliar nosso olhar para outras questões e camadas sociais. É o que ocorre não só com as mulheres e pessoas com deficiência, que ficam empobrecidos de representação, mas também com a população LGBT e a indígena, por exemplo. Infelizmente, a falta de investimento dos próprios partidos nas campanhas femininas e na formação política de mulheres é uma realidade. Por mais vagas que se criem dentro dos partidos, a disputa entre homens e mulheres ainda é desigual. Além dos partidos se mostrarem como legítimos redutos masculinos, a política brasileira ainda se mostra como um 'jogo sujo'. E infelizmente o noticiário comprova muitas vezes que isso é verdade, desanimando mulheres a se filiarem e seguirem a vida pública (M, 2019).

Para J. o espaço ocupado pela mulher na política brasileira ainda é pequeno e levará muito tempo para que a equidade seja alcançada, sobretudo porque o Congresso é extremamente heterogêneo e pensa em demandas que são alheias a grande parte da população. Para que sejam pensadas políticas em favor das mulheres, é necessário que as mulheres ocupem estas cadeiras para que tragam para o Congresso discussões relacionadas às demandas femininas.

As mulheres são subrepresentadas no Brasil. Apesar de constituir 52% do eleitorado no País, a média nacional de representação feminina nas casas parlamentares é de 12%, índice bastante inferior a de outros países e até mesmo de nações árabes. Na Argentina, por exemplo, é de 40%. Na Câmara Municipal de São Paulo hoje dos 55 vereadores, somente 11 são mulheres, ou seja 20%. Esse número dobrou nesta última eleição no ano passado. A participação das mulheres na representação política do Brasil tem crescido nos últimos 20 anos, mas está muito distante de atingir a paridade de 50%. De acordo com estudo das eleições municipais de 2010, de José Estauquio Diniz Alves, técnico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao ritmo de crescimento a cada eleição, o País vai levar mais de 100 anos para chegarmos a paridade nas câmaras municipais (J, 2019).

Essa mudança não começa no Congresso, ela deve ser iniciada em outros espaços, como na escola, na qual os indivíduos possam ser educados a respeitar as mulheres e a participação delas em todas as esferas da sociedade. O Congresso não está desvinculado da sociedade. Os eleitores elegem representantes brancos, masculinos e heterossexuais porque se identificam com eles e com os seus princípios ou porque idealizam neles um modelo de cidadão que desejam para o

país. Essa identificação foi construída por meio de uma educação e uma cultura que ensina o indivíduo a desqualificar mulheres, negros e homossexuais.

Numa sociedade machista ainda predomina a desconfiança em relação a capacidade das mulheres e isso se reflete, obviamente, nas eleições com os homens dando preferência de voto a candidatos homens. Atitudes de preconceito e até de violência de gênero procuram reforçar o pensamento de que a política não é espaço para as mulheres. No dia a dia são inúmeras as situações constrangedoras que lembram as mulheres que elas não são bem-vindas em vários espaços. Há necessidade de reforma política que obrigue os partidos a adotarem cotas de participação e até a paridade de 50% nas suas instâncias e nos processos eletivos para vereadores, deputados estaduais e federais e senadores. Fora da política institucional está mais do que comprovado que as mulheres se igualam aos homens na formação profissional e na capacidade de trabalho, mas as oportunidades ainda são escassas pelo conservadorismo que ainda predomina na sociedade. Em inúmeras funções similares, as mulheres recebem remunerações abaixo dos homens. Precisamos elevar o nível de representação feminina nos parlamentos, mas como vivemos numa sociedade machista com muitos preconceitos temos de enfrentá-los nos planos institucionais e até de comportamento. Ao longo dos séculos foram superadas barreiras que abriram mais espaço para uma maior participação das mulheres na política. Basta lembrarmos que no Brasil a conquista do voto feminino se deu há pouco mais de 80 anos.

Para Venturi; Godinho (2013), embora as mulheres tenham conquistado os seus direitos muito tardiamente no Brasil, a mudança iniciada no século XXI tem sido mais rápida no sentido de desconstruir representações a respeito do gênero. Além disso, as mulheres tem se engajado em movimentos que incluem outros grupos com representação minoritária, como LGBTs e negros.

6 CONCLUSÃO

A participação feminina na política brasileira é resultado da luta do movimento feminista do país, que se baseou em iniciativas de outros movimentos, como o francês e o norte-americano. Ao longo do século XX, o movimento conquistou importantes direitos para as mulheres, como o voto, a participação no mercado de trabalho e a participação política.

No entanto, embora o país tenha avançado na oferta de direitos para as mulheres e a lei seja um marco importante no reconhecimento público de suas demandas, ela não é suficiente para garantir a participação isonômica equitativa das mulheres na sociedade.

O Brasil é um país tradicionalmente machista. As mulheres são protegidas à força da lei. Trata-se do país entre os maiores índices de violência contra a mulher, no qual as mulheres recebem salários menores e são desqualificadas em seus discursos. Há uma necessidade de mudança na educação dos indivíduos para que as mulheres sejam tratadas com humanidade. A presença feminina não pode ser estranha nos espaços públicos. Não se trata de um problema eleitoral, mas de um problema da sociedade.

No entanto, pequenos passos estão sendo dados em direção a uma sociedade menos hostil à figura feminina. As mulheres conquistaram os direitos de terem participação política por meio das cotas e os partidos estão se empenhando em apresentar à sociedade esforços no acolhimento das mulheres em suas representações. Acredita-se que, neste contexto, as relações públicas são fundamentais para desconstruir representações sociais consolidadas a respeito da mulher e para promover um novo tipo de entendimento a respeito do papel social feminino.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. A. **Mulheres e representação política**. Revista Parlamento e Sociedade, São Paulo, v. 3, n. 5, jul./dez. 2015.

ALCÁNTARA COSTA, Ana Alice. El Movimiento Feminista en Brasil: dinámicas de una intervención política. **Hojas de Warmi**, 16, 2011.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Cruzamento de dados por gênero**. Disponível em: ><http://inter04.tse.jus.br/ords/dwtse/f?p=176:21:15131700250319:>>. Acesso em: 16 de maio de 2019.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas do eleitorado**. Disponível em: ><http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>>. Acesso em: 13 de maio de 2019.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Perfil do eleitorado brasileiro**. Disponível em: ><http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/perfil-do-eleitorado-brasileiro-2018>< acesso em: 16 de maio de 2019.

Brazil, 1914-1940, Chapel Hill/London, The University of North Carolina Press, 1996, pp.

DUARTE, J. Entrevista em Profundidade. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 62-83.

KARAWEJCZYK, Mônica. As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c. 1850-1932). 2013.

KUNSCH, M. Auditoria da Comunicação Organizacional. In: In: DUARTE, Jorge (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 236-252.

LIMA E SILVA, Milena de. **A gestão Luiza Erundina: participação popular nas políticas de transporte**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Carlos: USP, 2017. Disponível em <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-17042018-152926/publico/DissertacaoCorrigidaMilenadeLimaSilva.pdf>

MEAD, Karen. La mujer argentina y la política de ricos y pobres al fin del siglo XIX". **Cuerpos, géneros e identidades**: estudios de historia de género en Argentina, 2000.

MEDEIROS, Thais Karolina Ferreira; CHAVES, Maria Carmem. Representatividade feminina na política brasileira: a evolução dos direitos femininos. Ciências Humanas e Sociais, **Facipe**. v. 3. n.2, p. 99-120, Novembro 2017. Disponível em <https://periodicos.set.edu.br/index.php/facipehumanas/article/view/5143>

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise Documental como Método e como Técnica. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 269-279.

NOVELLI, Ana Lúcia. Pesquisa de Opinião. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 164-179.

OTTO, Clarícia. O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. **Rev. Estud. Fem.** , Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 238-241, agosto de 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000200015&lng=en&nrm=iso>. acesso em 22 de novembro de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2004000200015>.

PINTO, Céli Regina Jardim. **O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. 119 p. (Coleção História do Povo Brasileiro). Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23971.pdf>

RIBEIRO, Pedro Floriano. El modelo de partido cartel y el sistema de partidos de Brasil. **Revista de ciencia política (Santiago)**, 2013, vol. 33, no 3, p. 607-629.

RIBEIRO, Pedro Floriano. Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 2013, no 10, p. 225-265.

RIDENTI, M. S. **As Mulheres na Política Brasileira: Os Anos de Chumbo**. Tempo Social, v. 2, n. 2, São Paulo: USP, 1990. p. 113-128. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84806>> Acesso em: 08 mar. 2019.

SABINO, Maria Jordana Costa; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales. Igualdade de gênero no exercício do poder. **Rev. Estud. Fem.** , Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 713-734, dezembro de 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2015000300713&lng=en&nrm=iso>. acesso em 22 de novembro de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n3p713>.

SAMUELS, David. Ambición política, reclutamiento de candidatos y política legislativa en Brasil. *Revista POSTData: Revista de Reflexión y Análisis Político*, 2011, vol. 16, no 2, p. 281-307.

SARTI, C. **Feminismo no Brasil: Uma Trajetória Particular**. Caderno de Pesquisa, São Paulo: Fundação Carlos Chagas de São Paulo, 1988. p. 38-47.

SCHMIDT, F. **Auditoria de Opinião**. Blog Relações Públicas e Responsabilidade Social - UPIS. São Paulo, 23 nov. 2010. Disponível em: <<http://rprsocia.blogspot.com/2010/11/auditoria-de-opiniao.html>>. Acesso em: 07 de maio de 2019.

SILVA, Lenina Vernucci da. Gênero e poder: Diva Nolf Nazário na luta pelo voto feminino. 2014. 107 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/115975>>.

SPECK, B. W. **Pensando a reforma do sistema de financiamento da política no Brasil**. Revista Parlamento e Sociedade, São Paulo, v. 3, n. 4, jan/jun. 2015.
Susan Besse, Restructing Patriarchy: The Modernization of Gender Inequality in

TORQUATO, Gaudêncio. **Novo Manual de Marketing Político**. São Paulo: Summus, 2014, 320 p.

VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Org.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Edições Sesc SP, 2013. 504 p.